



Ouvidoria-Geral

Ministério Público do Estado do Amazonas

RELATÓRIO ANALÍTICO SEMESTRAL

JANEIRO A JUNHO/2024

Dra. JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA

Procuradora de Justiça

Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas

MANAUS/AM

Julho/2024

APRESENTAÇÃO

O presente relatório destaca as principais atividades desenvolvidas pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas nos meses de janeiro a junho do ano de 2024 (1º semestre), bem como o quantitativo de manifestações recebidas e a situação ao final do período em análise.

Ademais, em observância aos preceitos da Resolução nº 153 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 21 de novembro de 2016, a exposição considera, ainda, os aspectos relevantes a respeito das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral, abordando os pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, as principais atividades desenvolvidas por esta Ouvidoria e as participações mais expressivas do Ouvidor-Geral.

SUMÁRIO

1 DISTRIBUIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES.....	6
2 CLASSES DE MANIFESTAÇÃO.....	8
3 CANAIS DE ATENDIMENTO.....	10
4 ASSUNTOS DAS MANIFESTAÇÕES.....	14
5 QUANTITATIVO DAS MANIFESTAÇÕES, POR COMARCA.....	17
6 QUANTITATIVO DAS MANIFESTAÇÕES, COM ASSUNTOS POR COMARCA,.....	20
6.1 Manaus.....	20
6.2 Alvarães.....	21
6.3 Amaturá.....	21
6.4 Anamá.....	21
6.5 Anori.....	21
6.6 Apuí.....	21
6.7 Atalaia do Norte.....	22
6.8 Autazes.....	22
6.9 Barcelos.....	22
6.10 Barreirinha.....	22
6.11 Benjamin Constant.....	23
6.12 Beruri.....	23
6.13 Boa Vista do Ramos.....	23
6.14 Boca do Acre.....	23
6.15 Borba.....	24
6.16 Caapiranga.....	24
6.17 Canutama.....	24
6.18 Carauari.....	24
6.19 Careiro.....	25
6.20 Careiro da Várzea.....	25
6.21 Coari.....	25
6.22 Codajás.....	25

6.23 Eirunepé.....	26
6.24 Envira.....	26
6.25 Fonte Boa.....	26
6.26 Guajará.....	26
6.27 Humaitá.....	27
6.28 Ipixuna.....	27
6.29 Iranduba.....	27
6.30 Itacoatiara.....	28
6.31 Itamarati.....	28
6.32 Itapiranga.....	28
6.33 Japurá.....	28
6.34 Juruá.....	29
6.35 Lábrea.....	29
6.36 Manacapuru.....	29
6.37 Manaquiri.....	30
6.38 Manicoré.....	30
6.39 Maraã.....	30
6.40 Maués.....	30
6.41 Nhamundá.....	31
6.42 Nova Olinda do Norte.....	31
6.43 Novo Airão.....	31
6.44 Novo Aripuanã.....	31
6.45 Parintins.....	32
6.46 Pauini.....	32
6.47 Presidente Figueiredo.....	32
6.48 Rio Preto da Eva.....	32
6.49 Santa Isabel do Rio Negro.....	33
6.50 Santo Antônio do Içá.....	33
6.51 São Gabriel da Cachoeira.....	33
6.52 São Paulo de Olivença.....	33
6.53 São Sebastião do Uatumã.....	33
6.54 Silves.....	34
6.55 Tabatinga.....	34
6.56 Tapauá.....	34

6.57 Tefé.....	34
6.58 Tonantins.....	34
6.59 Uarini.....	35
6.60 Urucará.....	35
6.61 Urucurituba.....	35
7 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA-GERAL.....	36
7.1 Oficina “Encaminhamento e Classificação de Demandas” para a equipe da Ouvidoria-Geral.....	36
7.2 Campanha de carta-resposta.....	36
7.3 Ouvidoria Itinerante em Parintins.....	37
8 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORA-GERAL.....	38
8.1 Organização e recepção da Reunião Ordinária do CNOMP em Manaus/AM e Posse como Presidente do CNOMP.....	38
8.2 Homenagem na solenidade de 1º ano de Atuação da Procuradoria Especial da Mulher, da ALEAM.....	38
8.3 Participação em evento de Lançamento da Ouvidoria da Mulher do TCE-AM.....	39
8.4 Presidência da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Ouvidores dos Ministérios Públicos.....	39
8.5 Participação na 1ª Reunião Ordinária da Rede de Ouvidorias 2024.....	39
8.6 Visita à Maternidade Azilda da Silva Marreiro.....	40
8.7 Presidência da 70ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores dos Ministérios Públicos.....	41
8.8 Ministração de oficina “Encaminhamento e Classificação de Demandas”.....	41
8.9 Reunião para discussão da possibilidade de feminicídio no caso Julieta Hernández.....	42
8.10 Assinatura de protocolo de intenções sobre as eleições 2024.....	43
8.11 Participação na 1ª Edição da Justiça Itinerante Cooperativa.....	43
8.12 Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Ouvidoria da Mulher do MPAM e Aleam sobre direitos e proteção de mulheres e meninas.....	44
8.13 Atendimento aos cidadãos em Parintins e divulgação da Ouvidoria-Geral.....	45
9 MATÉRIAS SOBRE A ATUAÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL.....	47
10 CONCLUSÃO.....	51
ANEXOS.....	53

1 DISTRIBUIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES

A Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas registrou nos meses de janeiro a junho de 2024 o quantitativo de **4.657 manifestações**, apresentando um acréscimo de 56,54% em relação ao semestre anterior, que teve 2.975 manifestações, e um aumento de 25,32% em relação ao mesmo período do ano anterior, que apresentou 3.716 demandas trazidas à Ouvidoria-Geral.

Abaixo segue tabela com o quantitativo mensal de recebimento de manifestações nos seis primeiros meses do ano, seguido do respectivo gráfico:

Distribuição das Manifestações		
1º Semestre 2024	Quantidade	Percentual
Janeiro	778	16,71%
Fevereiro	815	17,50%
Março	694	14,90%
Abril	949	20,38%
Mai	786	16,88%
Junho	635	13,64%
Total	4.657	100,00%

Tabela 1: Distribuição mensal das manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral no semestre.

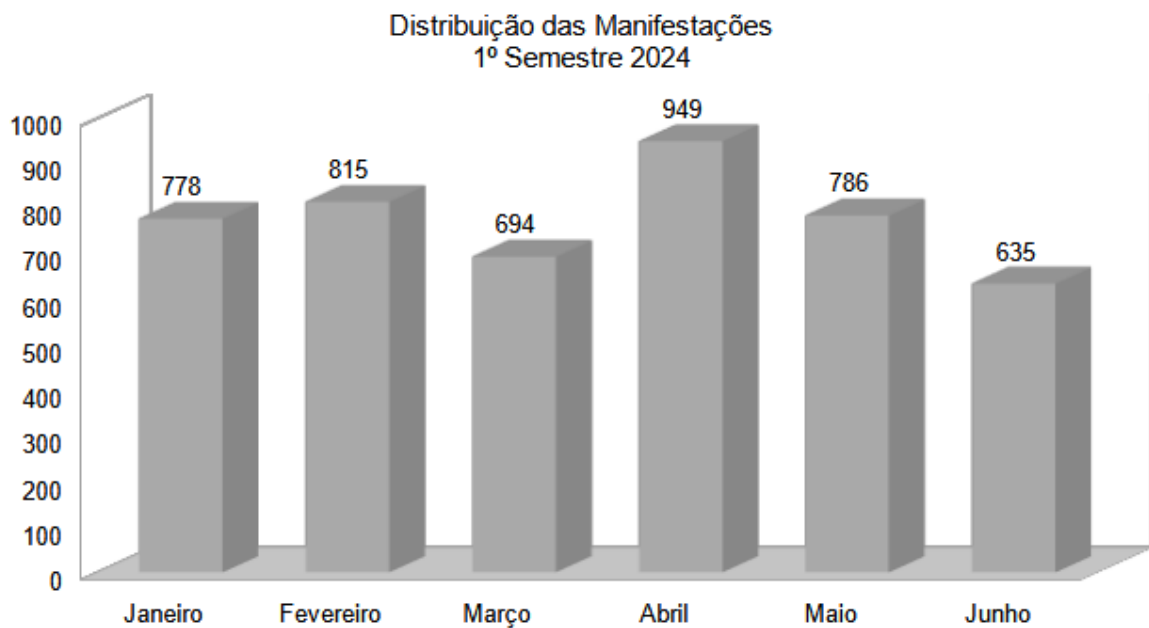


Gráfico 01: Distribuição mensal das manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral no semestre.

Com base nas informações dispostas na Tabela 01, observa-se equilíbrio na distribuição das manifestações, com a diferença entre o mês de maior número de manifestações e o de menor inferior a 30%. A média mensal no citado período foi de cerca de 776 manifestações.

2 CLASSES DE MANIFESTAÇÃO

As manifestações recebidas na Ouvidoria Geral podem ser enquadradas em classes definidas nos termos trazidos pela Resolução CNMP nº 180, datada de 07 de agosto de 2017, conforme abaixo descrito:

a) Reclamação: manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos membros ou seus serviços auxiliares;

b) Crítica: manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos membros ou pelos serviços auxiliares;

c) Representação: manifestações residuais à reclamação, à crítica e ao pedido de informação;

d) Sugestão: proposta de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de propostas de inovação de procedimentos ou serviços prestados;

e) Elogio: manifestações de satisfação ou reconhecimento de qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos executados pelo Ministério Público, pelos membros e pelos seus serviços auxiliares; e

f) Pedido de Informação: manifestações que se enquadrem aos dispositivos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Dessa maneira, consoante as orientações da referida Resolução, a Tabela 2 e o Gráfico 2 trazem as informações relativas às manifestações registradas nos meses de janeiro a julho de 2023 com base nas classes mencionados.

Tipo de Manifestação	Quantidade	Percentual
Representação	3.418	73,39%
Reclamação	844	18,12%
Pedido de informação (LAI)	384	8,25%
Elogio	7	0,15%
Sugestão	4	0,09%
Crítica	0	0,00%
Total	4.657	100,00%

Tabela 2: Manifestações recebidas no semestre em função das classes definidas.

Observa-se que a grande quantidade das demandas recebidas pela Ouvidoria Geral são do tipo Representação (73,39%), havendo participação um pouco superior a 18,0% de Reclamação e de 8,25% do Pedido de Informação e nada ou quase nada dos demais tipos de manifestação.

3 CANAIS DE ATENDIMENTO

A Ouvidoria-Geral apresenta 8 (oito) canais de atendimento. Segue um breve resumo de cada um dos canais utilizados por esta Ouvidoria Geral para o recebimento de demandas:

a) Atendimento presencial: caracteriza-se quando o cidadão comparece a uma das unidades de atendimento ao público da Ouvidoria Geral para registrar sua manifestação. Retornou no dia 18 de outubro de 2021 nos endereços da Sede, Av. Cel. Teixeira, 7995, Nova Esperança; e no Aleixo, Av. André Araújo, 23, ambos em Manaus/AM.

b) Atendimento telefônico: demanda recebida pelo Disque Denúncia (0800 092 0500) ou por um dos números convencionais da Ouvidoria Geral;

c) Disque Direitos Humanos (Disque 100) e Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180): corresponde às demandas encaminhadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por intermédio da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, à Ouvidoria Geral do *Parquet* estadual, que chegam por *e-mail*;

d) E-mail: a Ouvidoria Geral, que dispunha de dois correios eletrônicos para recebimento das manifestações, <atendimento.ouvidoria@mpam.mp.br> e <ouvidoria@mam.mp.br>, com a inauguração da Ouvidoria das Mulheres, passou também a receber manifestações através do um terceiro correio eletrônico, <ouvidoriadamulher@mpam.mp.br>. O primeiro trata-se de endereço eletrônico para

o recebimento das demandas encaminhadas à Ouvidoria pelo público em geral. Já o segundo destina-se às demais atividades administrativas e operacionais do setor, com o terceiro com demandas inerentes à denúncia de violência doméstica e todas as formas de violência contra meninas e mulheres;

e) Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (antigo e-Ouv): Trata-se uma plataforma vinculada à Controladoria-Geral da União e acessível por meio do endereço eletrônico <<https://falabr.cgu.gov.br/>>. É integrada por inúmeros órgãos, sendo um canal em que se pode receber, tratar e encaminhar as manifestações, inclusive direcionando para os demais órgãos dela integrantes, caso seja necessário;

f) Formulário eletrônico: manifestações recebidas no formulário eletrônico próprio da Ouvidoria Geral, acessível em <<http://denuncia.mpam.mp.br>>, com campos próprios que facilitam a captação e posterior tratamento da demanda. Após realizada a manifestação, esta já se localiza na aba “Em Atendimento”, no Sistema de Automação da Justiça – Ministério Público (SAJ/MP). No período eleitoral, esta OGMP também passou a receber demandas relativas aos casos de violência política, através do *link* <<https://sistemaouvidoriacidade.cnmmp.mp.br/siscidadao/app/cidadao/manifestacao/cadastro/1>>; e também passou a receber manifestações relativas às eleições pelo aplicativo Pardal, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral e disponível no *Google Play* e *Apple Store*, que encaminhava o manifestante ao Formulário Eletrônico deste *Parquet*.

g) WhatsApp: ferramenta de interação entre a Ouvidoria Geral e a sociedade, funciona no telefone (92) 3655-0745, possibilitando uma maior

aproximação com o cidadão através de um aplicativo já disseminado junto à população em geral. Ressalte-se que as demandas são recebidas apenas de modo escrito, com a possibilidade do manifestante enviar arquivos de documento, áudio, vídeo ou fotografia para subsidiar sua demanda. Cumpre ressaltar que o WhatsApp, a partir de maio/2024, por orientação da Ouvidora-Geral, Dra. Jussara Maria Pordeus e Silva passou a não ser mais um canal de recepção de demanda, mas apenas para direcionar aos outros canais ou esclarecer dúvidas; e

h) Via Postal: canal em desuso, tendo em vista a emergência das novas tecnologias, que facilitam uma pronta notificação e resposta ao manifestante. Está previsto no art. 12, IV da Resolução nº 029/2007-CPJ, que dispõe sobre a Ouvidoria-Geral do MP-AM e se dá por ocasião do envio da manifestação por escrito para o endereço da Ouvidoria-Geral.

Assim, as informações constantes na Tabela 3 e no Gráfico 2 demonstram o quantitativo de manifestações recebidas no 1º semestre de 2023 em função dos meios de acesso disponibilizados pela Ouvidoria Geral ao cidadão. Abaixo segue o quantitativo do recebimento dessas demandas em cada um desses canais:

Canais de Atendimento	Quantidade	Percentual
Formulário eletrônico	1545	33,18%
WhatsApp	972	20,87%
Atendimento presencial	815	17,50%
E-mail	448	9,62%
Disque 100/180	443	9,51%
Fala.BR	424	9,10%
Atendimento telefônico	7	0,15%
Via postal	3	0,06%
Total	4.657	100,00%

Tabela 3: Manifestações recebidas no semestre, em função dos canais de acesso.

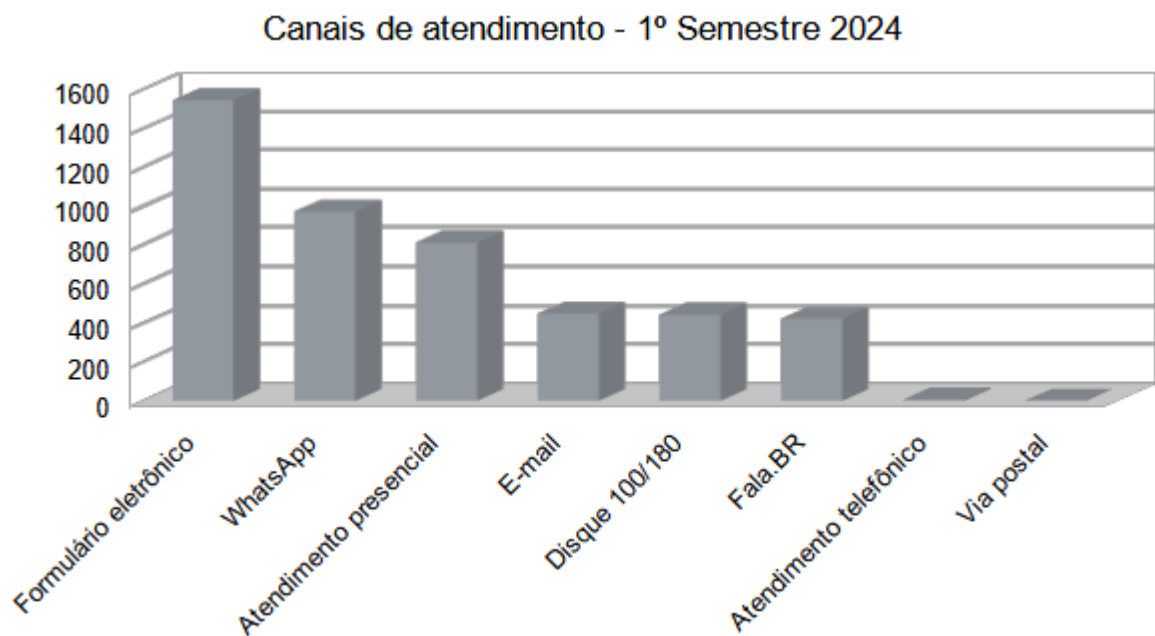


Gráfico 2: Manifestações recebidas no semestre, em função dos canais de acesso.

Observa-se que ainda predomina como canal de atendimento preferencial o *Formulário Eletrônico*, com 31,06% das demandas, seguido pelo WhatsApp, com 20,87% e passando da segunda para a terceira posição o Atendimento Presencial (17,50%), com estes três canais atingindo 7/10 (71,55%) das demandas que aportam nesta Ouvidoria-Geral.

4 ASSUNTOS DAS MANIFESTAÇÕES

As manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas são classificadas de acordo com o assunto da demanda, segundo critérios estabelecidos na Resolução CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016.

Desse modo, as demandas que ingressaram no 1º semestre de 2023 na Ouvidoria Geral estão distribuídas conforme a Tabela 4 e Gráfico 3, mostrados abaixo:

Assuntos	Quantidade	Percentual
Controle Externo da Atividade Policial	724	15,55%
Outros	606	13,01%
Crimes	574	12,33%
Educação	520	11,17%
Saúde	387	8,31%
Infância e Juventude	300	6,44%
Improbidade Administrativa	245	5,26%
Meio Ambiente	242	5,20%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	197	4,23%
Consumidor	159	3,41%
Concurso Público	149	3,20%
Idoso	116	2,49%
Lei de Acesso a Informação	100	2,15%
Serviços Públicos	86	1,85%
Violência Doméstica	78	1,67%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	69	1,48%
Eleitoral	28	0,60%
Atuação de Membros ou Servidores	25	0,54%
Sindical e Questões Análogas	12	0,26%
Administração e Funcionamento do Ministério Público	11	0,24%
Consultas e Dúvidas Jurídicas	10	0,21%
Execução Penal	10	0,21%
Acessibilidade	9	0,19%
Total	4.657	100,00%

Tabela 4: Manifestações recebidas no semestre, por assunto.

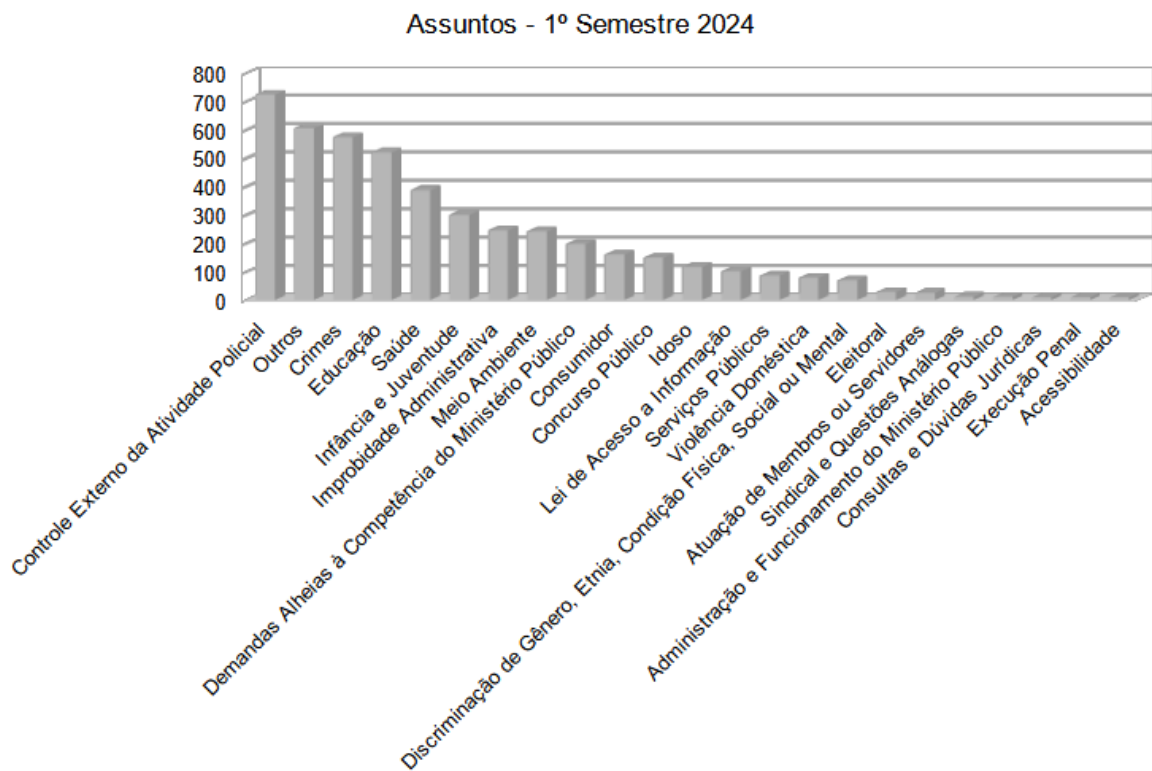


Gráfico 3: Manifestações recebidas no semestre, por assunto.

E, a partir das informações extraídas da Tabela 4 e Gráfico 3, observa-se que as demandas contabilizadas como *Controle Externo da Atividade Policial* obteve quantitativo de 15,55% das manifestações recebidas, seguida pelas demandas relacionadas a *Outros*, com 13,01%, e após, *Crimes*, com 12,33%.

Esclareça-se que a classe “Outros” se destina àquelas manifestações que não se enquadram dentro dos demais assuntos, sendo oportuno destacar que estes registros são oriundos de diversas situações que não ensejam cadastro no sistema,

destacando-se:

(a) acompanhamento de manifestações já cadastradas na Ouvidoria Geral;

(b) informações de contatos da Defensoria Pública e de outros órgãos públicos;

(c) informações de contatos telefônicos de Promotorias de Justiça e de setores do próprio Ministério Público;

(d) dúvidas e esclarecimentos quanto à rotina administrativa da Instituição Ministerial; e

(e) conversas iniciadas pelo cidadão e não concluídas.

5 QUANTITATIVO DAS MANIFESTAÇÕES, POR COMARCA

A partir do segundo relatório trimestral de 2021 passou-se a observar o quantitativo das manifestações em cada comarca. Desse modo, observa-se a distribuição geográfica das demandas que aportam nesta Ouvidoria, podendo ser instrumento para políticas de incentivo para que comarcas ou regiões com menos reclames possam receber políticas informativas sobre as funções ministeriais.

Assim sendo, abaixo segue a tabela 5, que informa o quantitativo de demandas, por comarca:

Município do fato	Quantidade	Percentual
Manaus	4126	88,60%
Manacapuru	33	0,71%
Careiro da Várzea	28	0,60%
Humaitá	28	0,60%
Irlanduba	26	0,56%
Novo Airão	24	0,52%
Itacoatiara	21	0,45%
Parintins	20	0,43%
Silves	19	0,41%
Autazes	18	0,39%
Benjamin Constant	16	0,34%
Manicoré	16	0,34%
Tefé	16	0,34%
Lábrea	13	0,28%
Presidente Figueiredo	12	0,26%
Borba	11	0,24%
Careiro	11	0,24%
Juruá	11	0,24%
Urucurituba	11	0,24%
Boca do Acre	10	0,21%
Eirunepé	10	0,21%
Maués	10	0,21%
Barreirinha	9	0,19%
Coari	9	0,19%
Novo Aripuanã	9	0,19%
Rio Preto da Eva	8	0,17%
Carauari	7	0,15%
Envira	7	0,15%
Manaquiri	7	0,15%
Anori	6	0,13%
Atalaia do Norte	6	0,13%
Uarini	6	0,13%
Urucará	6	0,13%
Apuí	5	0,11%
Boa Vista do Ramos	5	0,11%
Fonte Boa	5	0,11%
Ipixuna	5	0,11%
Maraã	5	0,11%
São Gabriel da Cachoeira	5	0,11%
Tabatinga	5	0,11%
Alvarães	4	0,09%
Anamá	4	0,09%
Itapiranga	4	0,09%
São Sebastião do Uatumã	4	0,09%
Barcelos	3	0,06%
Guajará	3	0,06%
Itamarati	3	0,06%
Nova Olinda do Norte	3	0,06%
Santa Isabel do Rio Negro	3	0,06%
Tapauá	3	0,06%
Amaturá	2	0,04%
Beruri	2	0,04%
Canutama	2	0,04%
Codajás	2	0,04%
Japurá	2	0,04%
Santo Antônio do Içá	2	0,04%
Tonantins	2	0,04%
Caapiranga	1	0,02%
Nhamundá	1	0,02%
Pauini	1	0,02%
São Paulo de Olivença	1	0,02%
Total	4.657	100,00%

Tabela 5: Quantitativo, por comarca, das manifestações recebidas no semestre pela Ouvidoria-Geral.

Na tabela acima se observa a concentração das demandas da capital, com 88,60% das manifestações, com o segundo posto passando a ser Manacapuru, com 0,71% das demandas e o terceiro lugar dividido entre Careiro da Vázea e Iranduba, ambos com 0,60% de todas as demandas que chegaram à OGMP neste semestre em análise. Outro ponto a se observar é que tivemos uma redução da participação das demandas do interior do estado, que passaram de 18,32% para 11,40%.

Por fim, destaca-se que apenas um município não apresentou qualquer demanda a esta Ouvidoria-Geral neste semestre: Jutai.

Na próxima sessão serão especificados os diversos assuntos, tendo em vista cada comarca.

6 QUANTITATIVO DAS MANIFESTAÇÕES, COM ASSUNTOS POR COMARCA,

Cumprir registrar que a partir do segundo relatório trimestral de 2021 passaram a ser explicitados os assuntos das manifestações do interior em controle separado, inclusive quais matérias eram mais demandadas em cada Comarca. Com esse novo panorama passou a ser possível identificar os principais problemas de cada Comarca. Tal ferramenta pode ser bem útil para que se possa determinar os principais reclames em cada comarca, direcionando os esforços para que se possa dar a adequada resposta à sociedade, razão de ser de nossa instituição ministerial.

Desse modo, os quantitativos de assuntos, por comarca no 1º semestre de 2023 são explicitados abaixo:

6.1 Manaus

Assuntos	Quantidade	Percentual
Controle Externo da Atividade Policial	689	16,70%
Outros	582	14,11%
Crimes	503	12,19%
Educação	476	11,54%
Saúde	358	8,68%
Infância e Juventude	281	6,81%
Meio Ambiente	210	5,09%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	185	4,48%
Improbidade Administrativa	153	3,71%
Consumidor	147	3,56%
Idoso	106	2,57%
Lei de Acesso a Informação	94	2,28%
Serviços Públicos	73	1,77%
Violência Doméstica	73	1,77%
Concurso Público	70	1,70%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	53	1,28%
Atuação de Membros ou Servidores	19	0,46%
Sindical e Questões Análogas	12	0,29%
Administração e Funcionamento do Ministério Público	10	0,24%
Consultas e Dúvidas Jurídicas	9	0,22%
Eleitoral	9	0,22%
Execução Penal	9	0,22%
Acessibilidade	5	0,12%
Total	4.126	100,00%

6.2 Alvarães

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	1	25,00%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	25,00%
Improbidade Administrativa	1	25,00%
Outros	1	25,00%
Total	4	100,00%

6.3 Amaturá

Assuntos	Quantidade	Percentual
Controle Externo da Atividade Policial	1	50,00%
Eleitoral	1	50,00%
Total	2	50,00%

6.4 Anamá

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	2	50,00%
Educação	1	25,00%
Meio Ambiente	1	25,00%
Total	4	100,00%

6.5 Anori

Assuntos	Quantidade	Percentual
Meio Ambiente	2	33,33%
Consumidor	1	16,67%
Crimes	1	16,67%
Improbidade Administrativa	1	16,67%
Serviços Públicos	1	16,67%
Total	6	100,00%

6.6 Apuí

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	1	20,00%
Educação	1	20,00%
Eleitoral	1	20,00%
Improbidade Administrativa	1	20,00%
Saúde	1	20,00%
Total	5	100,00%

6.7 Atalaia do Norte

Assuntos	Quantidade	Percentual
Acessibilidade	3	50,00%
Atuação de Membros ou Servidores	1	16,67%
Controle Externo da Atividade Policial	1	16,67%
Educação	1	16,67%
Total	6	100,00%

6.8 Autazes

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	4	22,22%
Meio Ambiente	3	16,67%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	2	11,11%
Educação	2	11,11%
Outros	2	11,11%
Atuação de Membros ou Servidores	1	5,56%
Eleitoral	1	5,56%
Idoso	1	5,56%
Improbidade Administrativa	1	5,56%
Infância e Juventude	1	5,56%
Total	18	100,00%

6.9 Barcelos

Assuntos	Quantidade	Percentual
Consumidor	1	33,33%
Controle Externo da Atividade Policial	1	33,33%
Eleitoral	1	33,33%
Total	3	100,00%

6.10 Barreirinha

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	4	44,44%
Educação	1	11,11%
Eleitoral	1	11,11%
Improbidade Administrativa	1	11,11%
Outros	1	11,11%
Saúde	1	11,11%
Total	9	100,00%

6.11 Benjamin Constant

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	8	50,00%
Consumidor	2	12,50%
Crimes	2	12,50%
Acessibilidade	1	6,25%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	6,25%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	6,25%
Idoso	1	6,25%
Total	16	100,00%

6.12 Beruri

Assuntos	Quantidade	Percentual
Educação	1	50,00%
Eleitoral	1	50,00%
Total	2	100,00%

6.13 Boa Vista do Ramos

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	2	40,00%
Crimes	1	20,00%
Educação	1	20,00%
Eleitoral	1	20,00%
Total	5	100,00%

6.14 Boca do Acre

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	5	50,00%
Controle Externo da Atividade Policial	1	10,00%
Crimes	1	10,00%
Educação	1	10,00%
Infância e Juventude	1	10,00%
Saúde	1	10,00%
Total	10	100,00%

6.15 Borba

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	3	27,27%
Infância e Juventude	2	18,18%
Concurso Público	1	9,09%
Controle Externo da Atividade Policial	1	9,09%
Crimes	1	9,09%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	9,09%
Educação	1	9,09%
Meio Ambiente	1	9,09%
Total	11	100,00%

6.16 Caapiranga

Assuntos	Quantidade	Percentual
Educação	1	100,00%
Total	1	100,00%

6.17 Canutama

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	2	100,00%
Total	2	100,00%

6.18 Carauari

Assuntos	Quantidade	Percentual
Controle Externo da Atividade Policial	2	28,57%
Crimes	2	28,57%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	14,29%
Saúde	1	14,29%
Violência Doméstica	1	14,29%
Total	7	100,00%

6.19 Careiro

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	2	18,18%
Educação	2	18,18%
Improbidade Administrativa	2	18,18%
Outros	2	18,18%
Consumidor	1	9,09%
Controle Externo da Atividade Policial	1	9,09%
Infância e Juventude	1	9,09%
Total	11	100,00%

6.20 Careiro da Várzea

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	18	64,29%
Crimes	2	7,14%
Improbidade Administrativa	2	7,14%
Outros	2	7,14%
Consumidor	1	3,57%
Eleitoral	1	3,57%
Improbidade Administrativa	1	3,57%
Serviços Públicos	1	3,57%
Total	28	100,00%

6.21 Coari

Assuntos	Quantidade	Percentual
Controle Externo da Atividade Policial	4	44,44%
Concurso Público	1	11,11%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	11,11%
Educação	1	11,11%
Improbidade Administrativa	1	11,11%
Outros	1	11,11%
Total	9	100,00%

6.22 Codajás

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	1	50,00%
Educação	1	50,00%
Total	2	100,00%

6.23 Eirunepé

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	4	40,00%
Outros	2	20,00%
Atuação de Membros ou Servidores	1	10,00%
Consumidor	1	10,00%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	10,00%
Improbidade Administrativa	1	10,00%
Total	10	100,00%

6.24 Envira

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	3	42,86%
Controle Externo da Atividade Policial	1	14,29%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	14,29%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	14,29%
Outros	1	14,29%
Total	7	100,00%

6.25 Fonte Boa

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	2	40,00%
Concurso Público	1	20,00%
Controle Externo da Atividade Policial	1	20,00%
Saúde	1	20,00%
Total	5	100,00%

6.26 Guajará

Assuntos	Quantidade	Percentual
Saúde	2	66,67%
Controle Externo da Atividade Policial	1	33,33%
Total	3	100,00%

6.27 Humaitá

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	7	25,00%
Meio Ambiente	4	14,29%
Controle Externo da Atividade Policial	3	10,71%
Saúde	3	10,71%
Educação	2	7,14%
Eleitoral	2	7,14%
Infância e Juventude	2	7,14%
Administração e Funcionamento do Ministério Público	1	3,57%
Concurso Público	1	3,57%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	3,57%
Outros	1	3,57%
Serviços Públicos	1	3,57%
Total	28	100,00%

6.28 Ipixuna

Assuntos	Quantidade	Percentual
Controle Externo da Atividade Policial	1	20,00%
Crimes	1	20,00%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	20,00%
Educação	1	20,00%
Meio Ambiente	1	20,00%
Total	5	100,00%

6.29 Iranduba

Assuntos	Quantidade	Percentual
Meio Ambiente	5	19,23%
Controle Externo da Atividade Policial	3	11,54%
Crimes	3	11,54%
Educação	3	11,54%
Atuação de Membros ou Servidores	2	7,69%
Infância e Juventude	2	7,69%
Outros	2	7,69%
Saúde	2	7,69%
Concurso Público	1	3,85%
Improbidade Administrativa	1	3,85%
Serviços Públicos	1	3,85%
Violência Doméstica	1	3,85%
Total	26	100,00%

6.30 Itacoatiara

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	6	28,57%
Educação	4	19,05%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	3	14,29%
Infância e Juventude	2	9,52%
Concurso Público	1	4,76%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	4,76%
Idoso	1	4,76%
Improbidade Administrativa	1	4,76%
Meio Ambiente	1	4,76%
Saúde	1	4,76%
Total	21	100,00%

6.31 Itamarati

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	2	66,67%
Serviços Públicos	1	33,33%
Total	3	100,00%

6.32 Itapiranga

Assuntos	Quantidade	Percentual
Educação	1	25,00%
Idoso	1	25,00%
Infância e Juventude	1	25,00%
Meio Ambiente	1	25,00%
Total	4	100,00%

6.33 Japurá

Assuntos	Quantidade	Percentual
Consultas e Dúvidas Jurídicas	1	50,00%
Crimes	1	50,00%
Total	2	100,00%

6.34 Juruá

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	4	36,36%
Controle Externo da Atividade Policial	1	9,09%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	9,09%
Idoso	1	9,09%
Improbidade Administrativa	1	9,09%
Meio Ambiente	1	9,09%
Saúde	1	9,09%
Serviços Públicos	1	9,09%
Total	11	100,00%

6.35 Lábrea

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	3	23,08%
Infância e Juventude	2	15,38%
Lei de Acesso a Informação	2	15,38%
Saúde	2	15,38%
Serviços Públicos	2	15,38%
Controle Externo da Atividade Policial	1	7,69%
Educação	1	7,69%
Total	13	100,00%

6.36 Manacapuru

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	7	21,21%
Crimes	6	18,18%
Concurso Público	5	15,15%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	2	6,06%
Educação	2	6,06%
Eleitoral	2	6,06%
Outros	2	6,06%
Consumidor	1	3,03%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	3,03%
Idoso	1	3,03%
Infância e Juventude	1	3,03%
Meio Ambiente	1	3,03%
Saúde	1	3,03%
Serviços Públicos	1	3,03%
Total	33	100,00%

6.37 Manaquiri

Assuntos	Quantidade	Percentual
Outros	2	28,57%
Concurso Público	1	14,29%
Crimes	1	14,29%
Educação	1	14,29%
Eleitoral	1	14,29%
Improbidade Administrativa	1	14,29%
Total	7	100,00%

6.38 Manicoré

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	7	43,75%
Concurso Público	2	12,50%
Crimes	2	12,50%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	6,25%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	6,25%
Educação	1	6,25%
Idoso	1	6,25%
Meio Ambiente	1	6,25%
Total	16	100,00%

6.39 Maraã

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	3	60,00%
Controle Externo da Atividade Policial	1	20,00%
Educação	1	20,00%
Total	5	100,00%

6.40 Maués

Assuntos	Quantidade	Percentual
Educação	3	30,00%
Infância e Juventude	3	30,00%
Crimes	1	10,00%
Idoso	1	10,00%
Improbidade Administrativa	1	10,00%
Meio Ambiente	1	10,00%
Total	10	100,00%

6.41 Nhamundá

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	1	100,00%
Total	1	100,00%

6.42 Nova Olinda do Norte

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	2	50,00%
Improbidade Administrativa	2	50,00%
Total	4	100,00%

6.43 Novo Airão

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	14	58,33%
Eleitoral	3	12,50%
Improbidade Administrativa	3	12,50%
Crimes	2	8,33%
Consumidor	1	4,17%
Controle Externo da Atividade Policial	1	4,17%
Total	24	100,00%

6.44 Novo Aripuanã

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	2	22,22%
Crimes	2	22,22%
Controle Externo da Atividade Policial	1	11,11%
Educação	1	11,11%
Improbidade Administrativa	1	11,11%
Lei de Acesso a Informação	1	11,11%
Meio Ambiente	1	11,11%
Total	9	100,00%

6.45 Parintins

Assuntos	Quantidade	Percentual
Educação	3	15,00%
Consumidor	2	10,00%
Controle Externo da Atividade Policial	2	10,00%
Crimes	2	10,00%
Improbidade Administrativa	2	10,00%
Outros	2	10,00%
Serviços Públicos	2	10,00%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	1	5,00%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	5,00%
Execução Penal	1	5,00%
Lei de Acesso a Informação	1	5,00%
Violência Doméstica	1	5,00%
Total	20	100,00%

6.46 Pauini

Assuntos	Quantidade	Percentual
Educação	1	100,00%
Total	1	100,00%

6.47 Presidente Figueiredo

Assuntos	Quantidade	Percentual
Crimes	3	25,00%
Concurso Público	2	16,67%
Improbidade Administrativa	2	16,67%
Consumidor	1	8,33%
Educação	1	8,33%
Lei de Acesso a Informação	1	8,33%
Meio Ambiente	1	8,33%
Serviços Públicos	1	8,33%
Total	12	100,00%

6.48 Rio Preto da Eva

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	3	37,50%
Eleitoral	2	25,00%
Meio Ambiente	2	25,00%
Saúde	1	12,50%
Total	8	100,00%

6.49 Santa Isabel do Rio Negro

Assuntos	Quantidade	Percentual
Controle Externo da Atividade Policial	1	33,33%
Outros	1	33,33%
Violência Doméstica	1	33,33%
Total	3	100,00%

6.50 Santo Antônio do Içá

Assuntos	Quantidade	Percentual
Saúde	1	100,00%
Total	1	100,00%

6.51 São Gabriel da Cachoeira

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	2	33,33%
Controle Externo da Atividade Policial	1	16,67%
Infância e Juventude	1	16,67%
Meio Ambiente	1	16,67%
Outros	1	16,67%
Total	6	100,00%

6.52 São Paulo de Olivença

Assuntos	Quantidade	Percentual
Meio Ambiente	1	100,00%
Total	1	100,00%

6.53 São Sebastião do Uatumã

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	3	75,00%
Improbidade Administrativa	1	25,00%
Total	4	100,00%

6.54 Silves

Assuntos	Quantidade	Percentual
Infância e Juventude	10	52,63%
Improbidade Administrativa	5	26,32%
Atuação de Membros ou Servidores	1	5,26%
Concurso Público	1	5,26%
Crimes	1	5,26%
Eleitoral	1	5,26%
Total	19	100,00%

6.55 Tabatinga

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	2	40,00%
Improbidade Administrativa	2	40,00%
Idoso	1	20,00%
Total	5	100,00%

6.56 Tapauá

Assuntos	Quantidade	Percentual
Saúde	2	66,67%
Crimes	1	33,33%
Total	3	100,00%

6.57 Tefé

Assuntos	Quantidade	Percentual
Saúde	5	31,25%
Controle Externo da Atividade Policial	3	18,75%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	2	12,50%
Improbidade Administrativa	2	12,50%
Crimes	1	6,25%
Lei de Acesso a Informação	1	6,25%
Meio Ambiente	1	6,25%
Violência Doméstica	1	6,25%
Total	16	100,00%

6.58 Tonantins

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	1	50,00%
Saúde	1	50,00%

6.59 Uarini

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	2	33,33%
Educação	2	33,33%
Improbidade Administrativa	1	16,67%
Meio Ambiente	1	16,67%
Total	6	100,00%

6.60 Urucará

Assuntos	Quantidade	Percentual
Improbidade Administrativa	2	33,33%
Crimes	1	16,67%
Idoso	1	16,67%
Outros	1	16,67%
Serviços Públicos	1	16,67%
Total	6	100,00%

6.61 Urucurituba

Assuntos	Quantidade	Percentual
Concurso Público	3	27,27%
Improbidade Administrativa	3	27,27%
Saúde	2	18,18%
Controle Externo da Atividade Policial	1	9,09%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	9,09%
Meio Ambiente	1	9,09%
Total	11	100,00%

7 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA-GERAL

7.1 Oficina “Encaminhamento e Classificação de Demandas” para a equipe da Ouvidor-Geral

No dia 22 de maio de 2024 a Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, titular da Ouvidoria-Geral ministrou a oficina “*Encaminhamento e Classificação de Demandas*” a todos os servidores, estagiários e residente da Ouvidoria-Geral, com transmissão via *Microsoft Teams* para a Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A oficina ocorreu na sala de aula do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPAM (Ceaf), no 4º andar do edifício-sede a partir das 14h30 e foram esclarecidas questões a respeito de aspectos peculiares na classificação das manifestações originadas na Ouvidoria-Geral, como forma de padronização do tratamento das demandas e minoração de eventuais erros.

7.2 Campanha de carta-resposta

O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Ouvidoria-Geral, lançou uma campanha de carta-resposta para ampliar a participação dos cidadãos e facilitar o acesso da população aos serviços da área. Sob a coordenação da procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, e apoio total do procurador-geral de Justiça (PGJ) Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, a iniciativa teve centenas de cartas impressas, que estão sendo distribuídas nas comarcas no interior do Estado.

A campanha possibilita democratizar o acesso à Justiça, especialmente, para aqueles que vivem em áreas distantes. "Durante a 1ª Edição da Justiça Itinerante Cooperativa, apresentamos o projeto ao ministro Luís Roberto Barroso e

ele ficou extremamente satisfeito com a possibilidade de promover inclusão às populações ribeirinhas e caboclas, que muitas vezes não têm acesso a um computador ou mesmo à internet. Essa proposta busca garantir que essas comunidades tenham um meio eficaz de fazer suas denúncias e reivindicar seus direitos”, afirmou a procuradora de Justiça Jussara Pordeus, na abertura da 1ª Edição da Justiça Itinerante Cooperativa, na cidade de Humaitá/AM. em 18 de junho de 2024.

7.3 Ouvidoria Itinerante em Parintins

Parintins foi o 16º município a receber a visita da Ouvidoria Itinerante, dessa vez contemplando o 57º Festival Folclórico dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido. Tal projeto contou com atendimentos simultâneos na Câmara Municipal (CMP) e no Turistódromo, este de quarta-feira (26) a domingo (30/06/2024). Já a Câmara Municipal de Vereadores recebeu a apresentação oficial do projeto, com a presença do Procurador-geral do MPAM, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior; Ouvidora-Geral Jussara Maria Pordeus e Silva; promotores de Justiça Lauro Tavares, Sheyla Andrade e Ricardo Mitoso; Prefeito de Parintins, Frank Bi Garcia; Presidente da Câmara de Vereadores local, vereador Alex Garcia e outras autoridades locais.

No Turistódromo (espaço criado pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - Amazonastur, em frente à catedral), que atrai mais de 10 mil pessoas por dia, o atendimento se deu com a distribuição de materiais relativos aos canais e formas de atendimento da Ouvidoria-Geral do MPAM e também do Projeto IDH+, Cidadania e Justiça Social. Já na sede do Legislativo local, houve o atendimento mais pormenorizado, com 28 autorizações para que menores possam adentrar aos locais do Festival, uma autorização de viagem de menor e dois atendimentos de demandas locais, além das informações das formas de manifestação disponíveis.

8 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORA-GERAL

8.1 Organização e recepção da Reunião Ordinária do CNOMP em Manaus/AM e Posse como Presidente do CNOMP

Nos dias 07 e 08 de março de 2024 foi realizada a 69ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), que transcorreu de forma híbrida, com a reunião presencial ocorrendo na cidade de Manaus-AM e à distância com a utilização da plataforma de comunicação *Microsoft Teams*.

A reunião contou com a participação dos Ouvidores do Ministério Público brasileiro e ocorreu a apresentação da versão final da proposta de alteração da Resolução nº 95/2013-CNMP e palestra acerca da recepção de denúncia anônima pela Ouvidoria. Também houve o lançamento da 2ª edição do livro “Memórias do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Públicos dos Estados e da União”.

Por fim, ocorreu a posse da nova Diretoria do CNOMP, gestão 2024/2025, com a Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva assumindo o cargo de Presidente do Conselho.

8.2 Homenagem na solenidade de 1º ano de Atuação da Procuradoria Especial da Mulher, da ALEAM

No dia 26 de março de 2024, em sessão especial realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM) em Homenagem ao 1º ano de Atuação da Procuradoria Especial da Mulher, a Ouvidora-Geral Jussara Maria Pordeus e Silva foi homenageada pela contribuição ativa defesa dos direitos em prol das mulheres. A Procuradoria Especial da Mulher tem como objetivo ser um instrumento de organização, de participação e luta das mulheres, para a construção

de ações e caminhos que contribuam para o combate das desigualdades de gênero, violência e discriminação contra a mulher, dentre outros pontos.

8.3 Participação em evento de Lançamento da Ouvidoria da Mulher do TCE-AM

No dia 04 de abril de 2024 a Ouvidora-Geral Jussara Maria Pordeus e Silva representou o Ministério Público do Amazonas (MPAM) no Lançamento da Ouvidoria da Mulher do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), ocorrendo também a Outorga da Medalha de Honra à Mulher a homenageadas.

8.4 Presidência da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Ouvidores dos Ministérios Públicos

A Ouvidoria-Geral do MPAM presidiu na tarde do dia 10 de abril de 2024, a 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Ouvidores dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, em que, dentre outros assuntos, apresentou seu Plano de Gestão à frente do CNOMP, focado no cumprimento da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU pelas Ouvidorias, além da participação e incorporação de princípios e diretrizes de Organizações Internacionais e no intercâmbio de informações e boas práticas com outros órgãos de *ombuds*, modelo adotado por instituições com a função de receber críticas, sugestões e canalizar as demandas recebidas.

8.5 Participação na 1ª Reunião Ordinária da Rede de Ouvidorias 2024

No dia 28 de abril de 2024, a Ouvidora-Geral do MPAM e Presidente do

CNOMP Jussara Maria Pordeus e Silva participou da 1ª Reunião Ordinária da Rede de Ouvidorias 2024 no CNMP, em Brasília-DF, que incluiu os procuradores-gerais de Justiça dos MPs estaduais, incluindo o Dr. Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, PGJ do MPAM e ouvidores-gerais dos MPs, membros auxiliares e colaboradores da Ouvidoria Nacional do MP.

A reunião iniciou com a palestra “Eleições - Proposição de Estratégia de Atuação das Ouvidorias nas Eleições de 2024 e Ouvidoria de Combate à Violência Policial no âmbito da Ouvidoria Nacional do MP”, ministrada pela Ouvidora Nacional Ivana Cei. Em seguida, foram apresentadas as proposições do CNOMP, pela Ouvidora-geral do MPAM e presidente do CNOMP, Procuradora Jussara Maria Pordeus e Silva, que destacou a importância da Rede de Ouvidorias e os alinhamentos de ações. A reunião finalizada com a apresentação Plano de Gestão da Ouvidoria Nacional.

8.6 Visita à Maternidade Azilda da Silva Marreiro

A Ouvidoria-Geral realizou visita no dia 08 de maio de 2024 à Maternidade Azilda da Silva Marreiro, localizada na Zona Norte de Manaus, como parte de uma iniciativa voltada para a divulgação de canais de denúncia e promoção de uma busca ativa de possíveis casos de violência sofrida pelas mulheres presentes na referida unidade. Trata-se da sexta maternidade visitada pela equipe da Ouvidoria, que dessa vez, além do kit de higiene, distribuiu a Cartilha com Orientações sobre Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher, lançada em novembro do ano passado.

A ação contou com a presença da ouvidora-geral do MPAM, a procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, que conversou com as pacientes, distribuiu kits de higiene e materiais informativos sobre os tipos de violência contra a mulher, bem como divulgou os canais de denúncia do Ministério

Público do Amazonas. Ao todo, mais de 500 kits já foram distribuídos nos leitos das maternidades Dona Nazira Daou, Dona Lindu, Ana Braga, Moura Tapajós e Maternidade Alvorada.

8.7 Presidência da 70ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores dos Ministérios Públicos

A Ouvidoria-Geral do MPAM presidiu a 70ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, ocorrida na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nos dias 16 e 17 de maio de 2024. Na abertura foi feito um minuto de silêncio em solidariedade às vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul. Foram ministradas as palestras “*Experiência do Instituto Latinoamericano de Ombudsman*”, pela Dra. Cristina Ayoub Riche, Fundadora da Ouvidoria-Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Presidente do Instituto Latinoamericano de Ombudsman – Defensores del Pueblo (ILO) de 2019-2023 e “*Experiência da Ouvidoria do Supremo Tribunal Federal*” pela Juíza Flávia Martins de Carvalho, Ouvidora do Supremo Tribunal Federal. Posteriormente foi apresentada a ferramenta “Violência contra a Mulher em Dados” e o projeto-piloto “*Vozes da Ouvidoria: cuidando de quem cuida*”, ambos com o objetivo de estimular o combate à violência de gênero de forma eficaz, promovendo a construção de espaços de escuta, acolhimento e acompanhamento psicológico.

8.8 Ministração de oficina “Encaminhamento e Classificação de Demandas”

No dia 22 de maio de 2024 a Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, titular da Ouvidoria-Geral ministrou a oficina “*Encaminhamento e Classificação de Demandas*” a todos os servidores, estagiários e residente da

Ouvidoria-Geral, com transmissão via *Microsoft Teams* para a Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A oficina ocorreu na sala de aula do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPAM (Ceaf), no 4º andar do edifício-sede a partir das 14h30 e foram esclarecidas questões a respeito de aspectos peculiares na classificação das manifestações originadas na Ouvidoria-Geral, como forma de padronização do tratamento das demandas e minoração de eventuais erros.

8.9 Reunião para discussão da possibilidade de feminicídio no caso Julieta Hernández

No dia 10 de junho de 2024 houve reunião no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) com a presença do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Ouvidora-geral, Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva e representantes do Ministério das Mulheres, da União Brasileira de Mulheres, da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), familiares e advogados do caso para verificar a possibilidade de reclassificação do homicídio de Julieta Hernández, artista assassinada em dezembro de 2023 no município de Presidente Figueiredo, interior do Amazonas, de latrocínio para feminicídio.

Durante a reunião, a Ouvidora-geral do MPAM solicitou que a secretária nacional do Ministério das Mulheres, Denise Motta Dau, encaminhasse nota técnica sobre o caso à Ouvidoria da Mulher do MPAM, para que as manifestações sobre as motivações de gênero do caso fossem devidamente encaminhadas à Promotoria da Comarca de Presidente Figueiredo. O principal questionamento dos familiares, da defesa e da União Brasileira de Mulheres é que o crime — cuja denúncia foi recebida como latrocínio — seja reclassificado como feminicídio. Para a defesa, houve manifestações de gênero e xenofobia. O caso de Julieta Hernández tornou-se

símbolo de violência e de perigo para mulheres que viajam sozinhas pelo mundo.

8.10 Assinatura de protocolo de intenções sobre as eleições 2024

No dia 11 de junho de 2024, durante a 9ª sessão ordinária de 2024 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi firmado entre a Ouvidoria Nacional do Ministério Público, por meio da ouvidora nacional do Ministério Público, Ivana Lúcia Franco Cei; o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), representado por seu presidente Jarbas Soares Júnior; e o Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), representado por sua presidente Jussara Maria Pordeus e Silva, também Procuradora de Justiça e Ouvidora-geral do MPAM.

O protocolo de intenções indica inúmeros compromissos dos signatários, tais como: garantir meios de atuação das ouvidorias do MP brasileiro no pleito eleitoral 2024; promover a avaliação prévia das manifestações (qualitativa e quantitativa), antes do encaminhamento ao promotor eleitoral; qualificar as equipes das ouvidorias para que estejam aptas a identificarem manifestações que versem acerca de discriminação política de gênero; e promover eventos que incentivem a honestidade e a transparência no processo eleitoral.

8.11 Participação na 1ª Edição da Justiça Itinerante Cooperativa

No dia 18 de junho de 2024, houve a abertura da 1ª Edição da Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal de 2024, realizada no Sul do Estado, nas cidades de Humaitá e Lábrea. Coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e capitaneada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, a ação contou com a presença, dentre outros, do Procurador-

geral de Justiça do MPAM, Dr. Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, da Ouvidora-geral do MPAM, Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, e do Promotor de Justiça Christian Anderson Ferreira da Gama.

Na ocasião, a Ouvidora-geral do MPAM, procuradora de Justiça Jussara Pordeus, aproveitou a oportunidade e entregou ao ministro Luís Barroso a carta-denúncia da Ouvidoria-Geral do MPAM, que está sendo distribuída às promotorias nas comarcas do Amazonas. Durante a solenidade, os servidores do MPAM em Humaitá distribuíram aos humaitaenses e aos representantes da sociedade civil as cartas-respostas e folders sobre a Ouvidoria-Geral, abrindo canais de comunicação.

Desse modo, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Ouvidoria-Geral, lançou uma campanha de carta-resposta para ampliar a participação dos cidadãos e facilitar o acesso da população aos serviços da área, com centenas de cartas impressas, que estão sendo distribuídas nas comarcas no interior do Estado.

8.12 Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Ouvidoria da Mulher do MPAM e Aleam sobre direitos e proteção de mulheres e meninas

No dia 20 de junho de 2024, com a presença Procurador-geral de Justiça do MPAM, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior; Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, Ouvidora-geral do Ministério Público do Estado do Amazonas e Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público Deputado Estadual Carlos Bessa, primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas; Deputada Estadual Alessandra Campelo, Presidente da Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa e Procuradora especial à Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Lilian Maria Pires Stone, Subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Administrativos do MPAM; Alessandro Samartin de Gouveia, Presidente da Associação Amazonense do

Ministério Público do Estado do Amazonas e Secretário-geral da Conamb, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Renilce Helen Queiroz de Souza, Secretária-geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, além de representantes da saúde pública e dos procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Amazonas, foi assinado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Ouvidoria da Mulher, e pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), via Procuradoria Especial da Mulher um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em que os órgãos assumem o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, dentro de suas competências constitucionalmente estabelecidas para atuarem em casos de violência contra a mulher e em toda e qualquer negativa ou óbice ao exercício de Direitos Fundamentais que podem acometer mulheres e meninas, em razão da desigualdade de gênero e de noções fundadas na hierarquia patriarcal; e formaliza um canal ininterrupto de contato para atendimento de casos de alta prioridade.

O referido ACT está alinhado com a legislação internacional de proteção a mulheres e meninas, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 16, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

8.13 Atendimento aos cidadãos em Parintins e divulgação da Ouvidoria-Geral

Nos dias 27 a 30 de junho de 2024 a Ouvidora-Geral Jussara Maria Pordeus e Silva esteve na cidade de Parintins para mais uma etapa da Ouvidoria Itinerante, recebendo as demandas da população durante o período do Festival de Parintins e realizando a divulgação dos canais e formas de atendimento. O Ministério Público funcionou no Turistódromo (espaço criado pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - Amazonastur, em frente à catedral), que atrai mais de 10 mil pessoas por dia, em que os servidores do MP distribuem cartilhas, folders e outras peças com orientações e canais de denúncias; e na Câmara Municipal, para

onde foram conduzidos populares com situações mais delicadas e que precisam de atenção especial.

9 MATÉRIAS SOBRE A ATUAÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL

Abaixo são apresentadas matérias publicadas no decorrer do 1º semestre de 2024, em que a Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas tem papel de destaque, a saber:

a) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 04/03/2024, com o título “*MPAM sedia reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP*”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/16763-mpam-sedia-reuniao-do-conselho-nacional-dos-ouvidores-do-ministerio-publico-cnomp>>.

Vide Anexo A.

b) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 08/03/2024, com o título “*Jussara Pordeus assume a presidência do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público*”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/16780-jussara-pordeus-assume-a-presidencia-do-conselho-nacional-dos-ouvidores-do-ministerio-publico>>. Vide Anexo B.

c) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 15/03/2024, com o título “*Dia Nacional do Ouvidor: conheça mais sobre o principal meio de denúncia do Ministério Público*”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/16794-dia-nacional-do-ouvidor-conheca-mais-sobre-o-principal-meio-de-denuncia-do-ministerio-publico>>.

Vide Anexo C.

d) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 27/03/2024, com o título “*Ouvidora-Geral do MPAM recebe homenagem na solenidade de 1º ano de Atuação da Procuradoria Especial da Mulher, da ALEAM*”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/16828-ouvidora-geral-do-mpam-recebe->

homenagem-na-solenidade-de-1-ano-de-atuacao-da-procuradoria-especial-da-mulher-da-aleam>. Vide Anexo D.

e) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 08/04/2024, com o título “*Ouvidora-Geral do MPAM prestigia evento de Lançamento da Ouvidoria da Mulher do TCE-AM*”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/16839-ouvidora-geral-do-mpam-prestigia-evento-de-lancamento-da-ouvidoria-da-mulher-do-tce-am>>. Vide Anexo E.

f) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 15/04/2024, com o título “*MPAM participa da 1ª Reunião da Rede de Ouvidorias, em Brasília*”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/16874-mpam-participa-da-1-reuniao-da-rede-de-ouvidorias-em-brasilia>>. Vide Anexo F.

g) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 18/04/2024, com o título “*Ouvidoria Itinerante do MPAM chega ao Município de Manacapuru*”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/16962-ouvidora-geral-do-mpam-visita-sexta-maternidade-em-busca-de-possiveis-vitimas-de-violencia>>. Vide Anexo G.

h) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 08/05/2024, com o título “*Ouvidora-geral do MPAM visita sexta maternidade em busca de possíveis vítimas de violência*”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/15858-ouvidoria-itinerante-do-mpam-atende-populacao-de-novo-airao>>. Vide Anexo H.

i) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 17/05/2024, com o título “*Ouvidora-geral do MPAM preside a 70ª Reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores do*”

Ministério Público (CNOMP)”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/17008-ouvidora-geral-do-mpam-preside-a-70-reuniao-do-conselho-nacional-dos-ouvidores-do-ministerio-publico-cnomp>>. Vide Anexo I.

j) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 22/05/2024, com o título “***Ouvidoria-Geral do MPAM promove oficina interna para aperfeiçoamento de atividades***”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/17031-ouvidoria-geral-do-mpam-promove-oficina-interna-para-aperfeicoamento-de-atividades>>. Vide Anexo J.

k) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 10/06/2024, com o título “***Com participação da Ouvidoria-Geral do MPAM, reunião discute possibilidade de feminicídio no caso Julieta Hernández***”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/17081-com-participacao-da-ouvidoria-geral-do-mpam-reuniao-discute-possibilidade-de-feminicidio-no-caso-julieta-hernandez>>. Vide Anexo K.

l) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 11/06/2024, com o título “***Sessão do CNMP tem assinatura de protocolo de intenções sobre as eleições deste ano***”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/17083-sessao-do-cnmp-tem-assinatura-de-protocolo-de-intencoes-sobre-as-eleicoes-deste-ano>>. Vide Anexo L.

m) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 19/06/2024, com o título “***Ouvidoria-Geral do MP lança campanha de cartas como forma de ampliar a participação da população do interior***”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/17106-ouvidoria-geral-do-mp-lanca-campanha-de-cartas-como-forma-de-ampliar-a-participacao-da-populacao-do-interior>>. Vide Anexo M.

n) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 20/06/2024, com o título “***Acordo de cooperação técnica entre Ouvidoria da Mulher do MPAM e Aleam prioriza direitos e proteção de mulheres e meninas***”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/slides-noticias/17114-acordo-de-cooperacao-tecnica-entre-ouvidoria-da-mulher-do-mpam-e-aleam-prioriza-direitos-e-protecao-de-mulheres-e-meninas>>. Vide Anexo N.

o) matéria publicada na página eletrônica do Ministério Público do Estado do Amazonas, datada de 28/06/2024, com o título “***Ouvidoria Itinerante do MPAM faz atendimento em dois pontos no Festival Folclórico de Parintins***”, disponível em: <<https://mpam.mp.br/noticias-portal/17148-ouvidoria-itinerante-do-mpam-faz-atendimento-em-dois-pontos-no-festival-folclorico-de-parintins>>. Vide Anexo O.

10 CONCLUSÃO

A Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, criada em 17 de julho de 2007, a partir da inclusão do art. 338-A na Lei Orgânica do *Parquet* amazonense, vem demonstrando, ao longo de sua história, forte crescimento em suas atividades. Há uma preocupação não apenas com as diretrizes estabelecidas pela Instituição Ministerial, mas, em especial, com a qualidade do serviço oferecido à sociedade, fortalecendo as bases de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Nos últimos anos o Ministério Público, como legítimo guardião dos interesses da sociedade, tem atuado de forma a proteger e fornecer as garantias necessárias à sociedade como um todo e à população em geral, com um olhar diferenciado aos mais vulneráveis. E nesse ritmo, tem se perfilado a Ouvidoria Geral, como porta de entrada que é, para os reclames, anseios e denúncias do manifestante em geral, fazendo o acolhimento e a distribuição para os mais diversos setores da instituição ou mesmo para outros órgãos. A Ouvidoria também se notabiliza pelo esclarecimento ao demandante a respeito do local em que ele possa apresentar seu anseio, caso não seja objeto do *Parquet* estadual.

Faz-se oportuno ressaltar o expressivo número de registros observados neste 1º semestre de 2024 (4.657 manifestações). Observa-se um acréscimo significativo em relação às demandas do semestre anterior (aumento de 56,54%), com média mensal superior a 750 manifestações (776,2 na média mensal). Se dividirmos esse quantitativo semestral pelo número de dias (182) neste 1º Semestre de 2024, obtemos a significativa marca de 25,5 demandas por dia.

Pode-se observar em breve sobrevoo pelas informações acima descritas, o uso predominante do Formulário Eletrônico (33,18%), meio que tem sido indicado como o mais adequado, pois é o único que o próprio manifestante pode registrar sua demanda, não necessitando da intermediação de servidor e o único que, uma vez enviada a demanda, já se insere na fila do SAJ MP.

Com relação à distribuição espacial, ainda há o forte predomínio da capital no reporte das manifestações, com todas as cidades do interior somadas perfazendo pouco menos de 12% do quantitativo geral.

Os números e as ações descritas neste relatório sinalizam o relevante e imprescindível papel que assume a Ouvidoria Geral, que apesar dos vultosos desafios enfrentados, conseguiu dar expressiva resposta à sociedade como um todo, razão de ser da existência de nosso órgão.

JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA

Procuradora de Justiça

Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas

ANEXOS

ANEXO A

MPAM sedia reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP

- [Imprimir](#)

Publicado: Segunda, 04 Março 2024 17:26



A reunião anterior, realizada em 8 de novembro de 2023, na cidade de Salvador (BA) elegeu a Procuradora de Justiça do MPAM Jussara Pordeus como Presidente do Conselho para o anuênio 2024/2025

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) se prepara para sediar a 69ª Reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), evento em que ocorrerá a posse da Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva como Presidente do Conselho. A reunião está marcada para os dias 07 e 08 de março de 2024, no Auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo, na Sede do MPAM, na Avenida Coronel Teixeira, nº 7.995 - Bairro Nova Esperança.

A Procuradora de Justiça e Ouvidora-Geral do MPAM, Jussara Maria Pordeus e Silva, destaca a importância do encontro e aponta: “*Essa reunião do CNOMP representa um momento crucial para promover a troca de experiências e fortalecer a atuação das ouvidorias do Ministério Público em todo o país*”.

Com a presença de membros de outras unidades do Ministério Público brasileiro e diversas autoridades convidadas, a reunião promete ser um marco para a discussão de temas relevantes e estratégicos para o

trabalho de ouvidorias de MPs de todo o Brasil.

ANEXO B

Jussara Pordeus assume a presidência do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público

- [Imprimir](#)

Criado: Sexta, 08 Março 2024 17:03

Publicado: Sexta, 08 Março 2024 17:03



Clique: [FOTOS POSSE CNOMP](#)

A cerimônia de posse contou com a apresentação do Coral do Amazonas, emocionando os presentes

Na manhã deste Dia Internacional da Mulher, 08/03, a Ouvidora-Geral do Ministério Público do Amazonas (MPAM), Jussara Maria Pordeus e Silva, tomou posse como Presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP). O evento ocorreu no auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo, na sede do MPAM, localizado no bairro Nova Esperança, em Manaus.

Na abertura do evento, Nádya Estela Ferreira Mateus, presidente em exercício, elogiou a trajetória e dedicação de Jussara Maria Pordeus e Silva, destacando sua carreira acadêmica, sua excelência profissional, bem como "a personalidade cativante, o espírito empreendedor e a capacidade de inspirar e contagiar a todos com sua alegria", pontuou.

A Ouvidora do Ministério Público de Rondônia e secretária do CNOMP, Andréa Luciana Damacena Ferreira Engel, conduziu a leitura do Termo de Posse durante a cerimônia. Jussara Pordeus assinou o termo, sendo declarada Presidente para o ano de 2024 e assumindo a condução da solenidade. A nova Diretoria também foi empossada.

Durante a cerimônia, o Coral do Amazonas, regido pelo Maestro Fabiano Cardoso, apresentou as toadas "Bicho Homem", dos compositores Ronaldo Barbosa, Carlos Paulain e Simão Assayag, e "Lamento da Raça", do Compositor Emerson Maia, com arranjos do Maestro Zacarias Fernandes, emocionando a todos os presentes no evento.

Alessandro Samartin, Presidente da Associação Amazonense dos Membros do Ministério Público (AAMP), ressaltou que a nova presidente do CNOMP, Jussara Pordeus, é mais que uma líder para a entidade, destacando seus 30 anos de carreira e sua dedicação à profissão. Ele enfatizou sua abertura ao diálogo e seu compromisso com o aprendizado contínuo, sendo admirada não apenas por aqueles que compartilham suas ideias, mas também por aqueles que têm opiniões divergentes.

Em seu discurso, o Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, destacou a significância da ascensão de uma mulher à presidência do Conselho Nacional das Ouvidorias do Ministério Público, ressaltando que essa conquista vai além do âmbito individual, sendo uma celebração de todas as mulheres cujas vozes são frequentemente silenciadas.

"É essencial lembrarmos da importância de ouvir com 'ouvidos de mulher' em todas as áreas de nossas vidas. É por meio dessa escuta compassiva que podemos verdadeiramente compreender, conectar e transformar nosso mundo", afirmou o PGJ.

O Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, em nome da Ouvidoria Nacional do CNMP, saudou a todas as mulheres pelo Dia Internacional das Mulheres. Na oportunidade, expressou votos de que todos os dias sejam marcados não apenas por flores, mas também por sonhos, determinação, respeito, igualdade e conquistas. "Do Ministério Público Amazonense surgem exemplos de mulheres dedicadas, comprometidas com a instituição e com cada cidadão, ressaltando o papel do MP na defesa dos direitos de todos", declarou.

Por fim, a Presidente empossada do CNOMP compartilhou sua jornada desde que ingressou no MPAM em 1986, enfrentando diversos desafios. Há três anos, ao assumir a Ouvidoria, reconheceu a grandeza do trabalho à frente.

"Colaborar com o Conselho tem sido uma experiência enriquecedora, em uma verdadeira família dedicada à justiça. Ao longo do tempo, assumi diferentes responsabilidades, como secretária e vice-presidente, cada uma apresentando seus próprios desafios. A Ouvidoria tornou-se uma ligação vital entre o cidadão e o Ministério Público, especialmente durante a pandemia, quando o isolamento social destacou ainda mais sua importância", disse, emocionada, a Presidente.

Compuseram a mesa de honra a ex-Presidente do CNOMP, Nádia Estela Ferreira Mateus; o Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos e Presidente do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado, Alberto

Rodrigues do Nascimento Júnior; a Presidente empossada do CNOMP e Ouvidora-Geral do MPAM, Jussara Maria Pordeus e Silva; representando o Governo do Amazonas, a Secretária de Estado das Cidades e Territórios, Renata Queiroz Pinto Mustafa; a Desembargadora Onilza Abreu Gerth, Presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, representando o Tribunal de Justiça do Amazonas; a Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público e Corregedora-Geral do MPAM, Silvia Abdala Tuma; Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, membro auxiliar da Ouvidoria do Conselho Nacional do Ministério Público; Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral de Justiça do Acre; Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa, Defensor Público Geral do Amazonas; Lídia de Abreu Carvalho, Ouvidora da Mulher do Tribunal Regional Eleitoral, representando o TRE; o Desembargador do Trabalho, Davi de Mello Júnior, Ouvidor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª região; Lílian Maria Pires Stone, Subprocuradora-Geral para Assuntos Administrativos do MPAM; Alessandro Samartin, Presidente da AAMP; e, Omara de Oliveira Gusmão, Secretária da OAB-AM, representando a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Amazonas.

Conheça a Nova Diretoria do CNOMP:

Jussara Maria Pordeus e Silva - MPAM Presidente

Humberto Alexandre Campos Ramos - MPES Vice-Presidente

Najla Nassif Palma - MPM Secretária

Ubirajara Braga de Albuquerque - MPAC Vice-Presidente da Região Norte

Elza Maria de Souza - MPBA Vice-Presidente da Região Nordeste

Rosemary Machado Silva - MPSC Vice-Presidente da Região Sul

Orlandina Brito Pereira - MPMGO Vice-Presidente da Região Centro-Oeste

Tiago Cintra Zarif - MPSP Vice-Presidente da Região Sudeste

Maria Lizandra Lira de Carvalho - MPPE Diretora de Comunicação

Marcos Luciano Bignotti - MPTO Diretor de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo

Andréa Luciana Damacena Ferreira Engel - MPRO Diretora de Finanças

Lorraine Jacob Molina - MPCE Diretora do Patrimônio Cultural

ANEXO C

Dia Nacional do Ouvidor: conheça mais sobre o principal meio de denúncia do Ministério Público

- [Imprimir](#)

Criado: Sexta, 15 Março 2024 17:03

Publicado: Sexta, 15 Março 2024 17:03



Instituído pela Lei n.º 12.632/12, comemora-se neste sábado, dia 16 de março, o Dia Nacional do Ouvidor, data dedicada a homenagear os servidores responsáveis por realizar a comunicação entre a população e as instituições públicas, com objetivo de garantir o pleno exercício da democracia e da cidadania. A Ouvidoria-Geral é o canal permanente de comunicação do Ministério Público do Amazonas com a sociedade, e que permite o recebimento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios, relacionados aos serviços da instituição.

“A Ouvidoria pública atua como um instrumento fundamental para a democracia participativa ao permitir que a população contribua na avaliação e controle das políticas públicas. Ela facilita o diálogo entre os cidadãos e o governo, fortalecendo a transparência e contribuindo para a melhoria contínua das ações governamentais”, declarou a Ouvidora-Geral Jussara Maria Pordeus e Silva.

O MPAM conta também com a Ouvidoria Itinerante, responsável por se deslocar pelo interior do Estado, levando o serviço até a população distante da capital. Sua estrutura possui ainda a Ouvidoria da Mulher, um canal aberto especializado, para incrementar ações de prevenção, proteção e encaminhamento para apuração de violência doméstica e todas as formas de violência contra meninas e mulheres, recebendo manifestações de variados temas.

CANAIS DE DENÚNCIA E MANIFESTAÇÃO

Formulário eletrônico: <http://denuncia.mpam.mp.br>

E-mail: atendimento.ouvidoria@mpam.mp.br

Disque-Denúncia: 0800 092 0500, de segunda a sexta-feira, das 08h às 14h.

WhatsApp: [\(92\) 3655-0745](tel:(92)3655-0745), de segunda a sexta-feira, via mensagem de texto.

Presencial: de segunda a sexta-feira, das 08h às 14h, nos seguintes endereços:

Ouvidoria - Unidade Sede

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - Manaus/AM

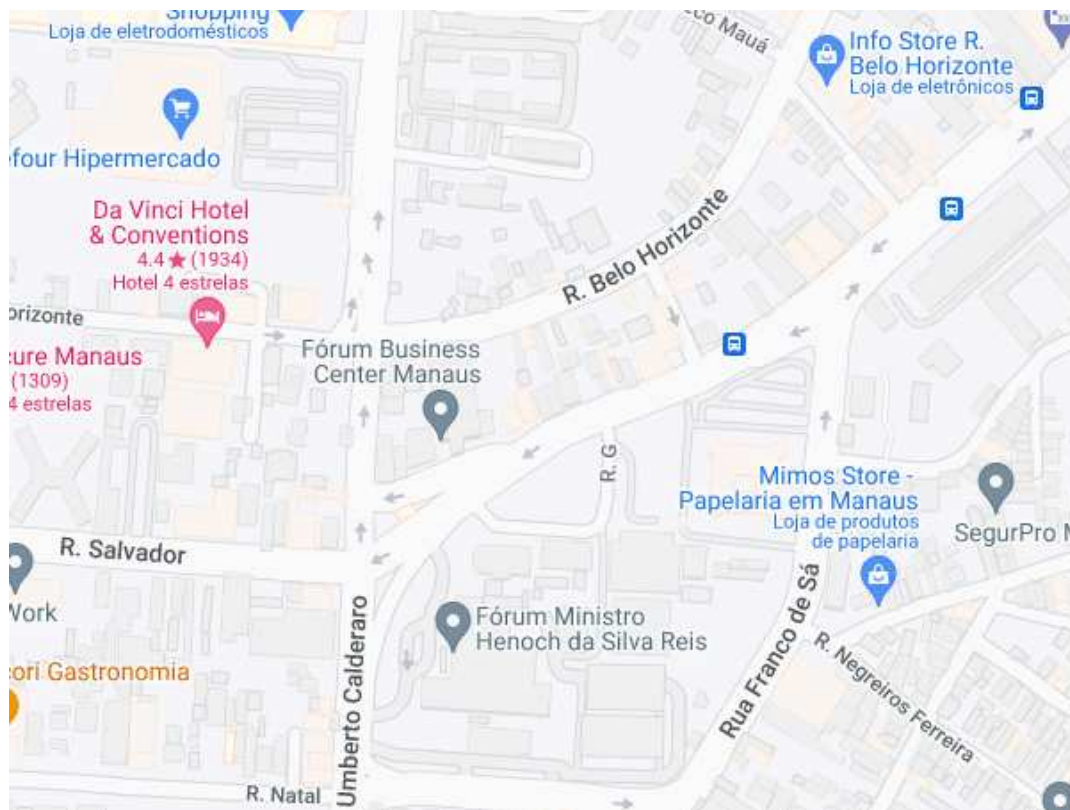
[Acesse o mapa de localização](#)



Ouvidoria - Unidade Aleixo

Av. André Araújo, 23 - Aleixo - Manaus/AM

[Acesse o mapa de localização](#)



Via Postal: para o endereço da Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - Manaus/AM - CEP.: 69.037-473.

ANEXO D

Ouvidora-Geral do MPAM recebe homenagem na solenidade de 1º ano de Atuação da Procuradoria Especial da Mulher, da ALEAM

- [Imprimir](#)

Criado: Quarta, 27 Março 2024 18:58

Publicado: Quarta, 27 Março 2024 18:58



O Ministério Público do Amazonas (MPAM) participou, nesta terça-feira, 26/03, da sessão especial em Homenagem ao 1º ano de Atuação da Procuradoria Especial da Mulher realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). Na ocasião, o MPAM, representado pela Ouvidora-Geral, Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, que está à frente da Ouvidoria das Mulheres do MPAM, foi homenageada pela contribuição ativa defesa dos direitos em prol das mulheres.

“É muito importante para o nosso Estado que exista esse esforço especializado para promover a defesa dos direitos e o combate à violência contra as mulheres. A atuação da Procuradoria Especial da Mulher é fundamental para garantir que as demandas e necessidades específicas desse público sejam atendidas de forma adequada e eficaz”, afirmou a Ouvidora-Geral.

A Procuradoria Especial da Mulher foi criada por meio da Resolução Legislativa nº 960/2022 e tem como objetivo ser um instrumento de organização, de participação e luta das mulheres, para a construção de ações e caminhos que contribuam para o combate das desigualdades de gênero, violência e discriminação

contra a mulher, dentre outros pontos. Entre os serviços ofertados pela Procuradoria estão o serviço social, o auxílio psicológico, a assistência jurídica e o procedimento policial.

Durante a solenidade, compuseram a mesa as Deputadas do Estado do Amazonas, Alessandra Campêlo e Débora Menezes; a Corregedora da Procuradoria do Estado do Amazonas, Clara Maria Lindoso e Lima - representando o Governador do Estado, Wilson Lima; a Desembargadora Mirza Telma de Oliveira Cunha - representando o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; a Juíza de Direito, Eline Paixão e Silva Gurgel; a Defensora Pública do Estado do Amazonas, Carolina Matos; o Superintendente da Polícia Federal do Amazonas, Umberto Ramos Rodrigues; a Secretária de Estado de Assistência Social, Kely Patrícia Paixão Silva; o Delegado Geral da Polícia Civil do Amazonas, Bruno de Paula Fraga; a Diretora de Comunicação da Comissão da Mulher e advogada da OAB Amazonas, Sâmia Brena Furtado; e a Presidente da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica no Amazonas, Lúcia Maria Cordeiro Viana.

ANEXO E

Ouvidora-Geral do MPAM prestigia evento de Lançamento da Ouvidoria da Mulher do TCE-AM

- [Imprimir](#)

Publicado: Segunda, 08 Abril 2024 10:38



Representando o Ministério Público do Amazonas (MPAM), a Ouvidora-Geral e Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), Procuradora de Justiça, Jussara Maria Pordeus e Silva, esteve presente, nesta quinta, 04/04, no "Lançamento da Ouvidoria da Mulher e Outorga da Medalha de Honra à Mulher", do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM).

A Procuradora Jussara Pordeus, compôs a mesa de honra ao lado da Presidente do TCE-AM Yara Lins. Também compuseram mesa Fausto Santos Jr, representando o Governo do Amazonas; Rafael Lins Bertazzo, representando a Prefeitura; Socorro Guedes, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM); o Desembargador Flavio Lopes, dentre outras autoridades. A convidada de honra do evento foi Luíza Brunet, empresária e ativista na luta pelos Direitos da Mulher.

A solenidade teve início com a execução do Hino Nacional, seguida por apresentações musicais. Posteriormente, foram entregues as Medalhas de Honra à Mulher às homenageadas da ocasião.

“A inauguração de mais uma Ouvidoria da Mulher em um órgão público fortalece os meios de prevenção e proteção da mulher. Esperamos que todas as ouvidorias da mulher concordem em formar uma rede a fim de trocarmos experiências, compartilharmos materiais de trabalho e divulgação, a exemplo de formulário de denúncia específico, cartilhas e rotina, para que a mulher possa, cada vez mais, ter um sistema de proteção eficiente”, afirmou a Ouvidora-Geral, Procuradora de Justiça Jussara Pordeus.

A Conselheira Yara Lins fez um pronunciamento, enfatizando a importância da liberdade e resistência das mulheres na luta por direitos e igualdade.

ANEXO F

Ouvidora-Geral do MPAM apresenta seu Plano de Gestão como Presidente eleita do CNOMP

- [Imprimir](#)

Publicado: Segunda, 15 Abril 2024 12:11



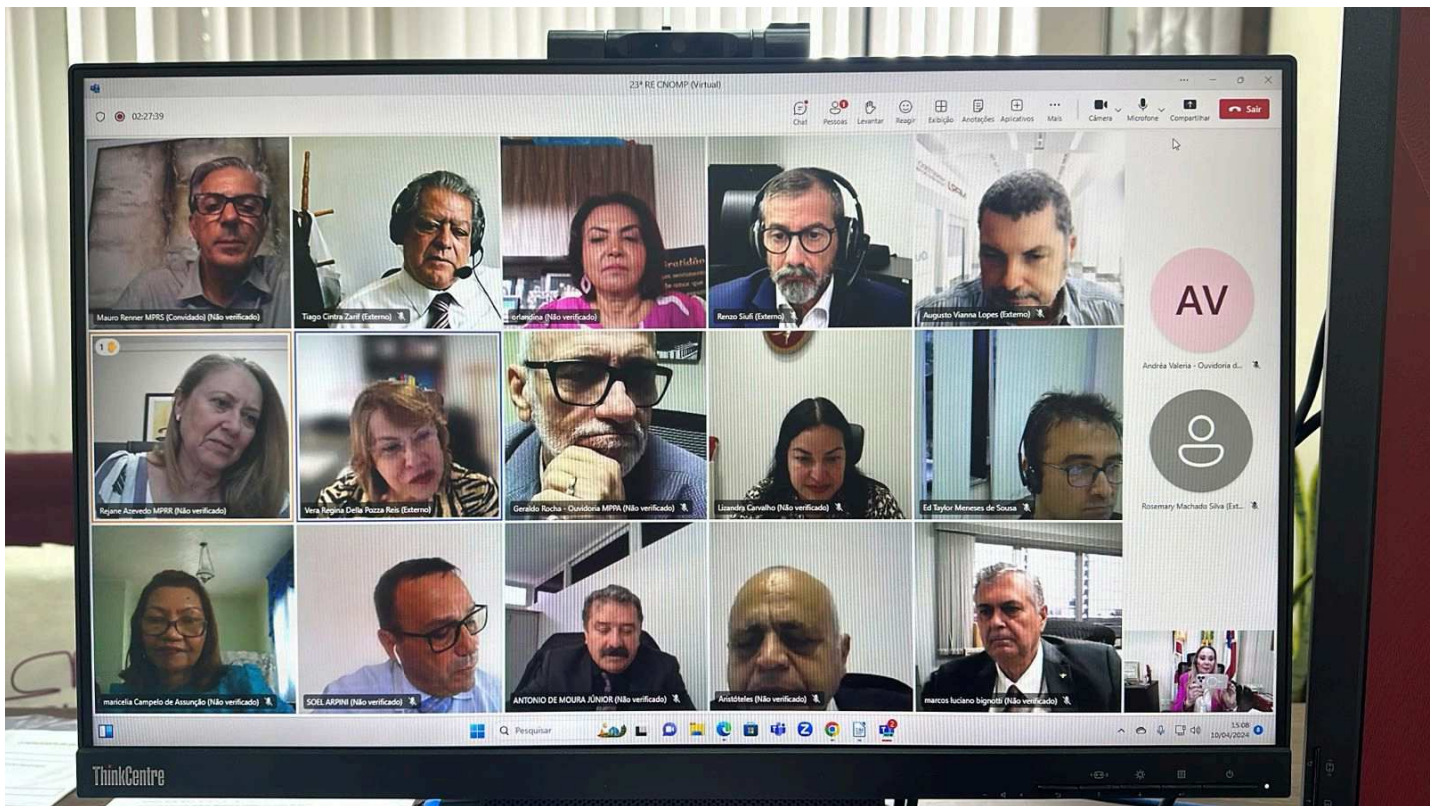
Apresentação faz parte da primeira reunião extraordinária presidida pela Procuradora de Justiça Jussara Pordeus à frente do Conselho

A Ouvidora-Geral do Ministério Público do Amazonas (MPAM) e Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), Procuradora de Justiça, Jussara Maria Pordeus e Silva, presidiu na tarde desta quarta-feira, 10, a 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Ouvidores dos Ministérios Públicos.

Durante a ocasião, a Procuradora de Justiça Jussara Pordeus apresentou seu Plano de Gestão à frente do CNOMP, focado no cumprimento da agenda 2030 da Organizações das Nações Unidas - ONU pelas Ouvidorias, além da participação e incorporação de princípios e diretrizes de Organizações Internacionais e no intercâmbio de informações e boas práticas com outros órgãos de ombudsman, modelo adotado por instituições com a função de receber críticas, sugestões e canalizar as demandas recebidas. Além disso, planeja aproximar-se de outros órgãos colegiados do Ministério Público, e da CONAMP, a Associação nacional dos membros do Ministério Público.

Ocorreu também a apresentação e deliberação da Minuta de Resolução que recomenda a forma de atuação das Ouvidorias dos MPs durante as Eleições Municipais, no recebimento de denúncias em seus canais e via Sistema Pardal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Todas as medidas resolutivas serão apresentadas presencialmente no 1º Encontro da Rede Nacional de Ouvidorias que será realizado no dia 18 de abril, em Brasília/DF, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público.



ANEXO G

MPAM participa da 1ª Reunião da Rede de Ouvidorias, em Brasília

- [Imprimir](#)

Publicado: Quinta, 18 Abril 2024 15:38



Procurador-Geral de Justiça e ouvidora-geral do Amazonas participam de encontro

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) cumpre agenda nacional nesta quinta-feira (18), por meio do procurador-geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior; e da ouvidora-geral do MPAM, Jussara Maria Pordeus e Silva, que preside o Conselho Nacional de Ouvidores Gerais do Ministério Público (CNOMP), onde apresentou as proposições do CNOMP durante a 1ª Reunião Ordinária da Rede de Ouvidorias - 2024.

Além de apresentar as proposições do CNOMP, a reunião teve como objetivo apresentar o Plano de Gestão da Ouvidoria Nacional para o ano de 2024 e apresentar estratégia de atuação das Ouvidorias nas Eleições 2024, a partir da experiência das Eleições 2022, entre outros temas.

O procurador-geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, que prestigia a reunião junto dos demais procuradores-gerais de Justiça dos MPs estaduais, ouvidores-gerais dos MPs, membros auxiliares e colaboradores da Ouvidoria Nacional do MP, avaliou a 1ª reunião como de extrema importância para os MPs, uma vez que a Ouvidoria é o principal e 1º canal de comunicação com a instituição. “É importante alinhar o trabalho com temas importantes. Esta reunião deve gerar frutos importantes para os Ministérios Públicos”, afirmou.

A reunião iniciou com a palestra “Eleições - Proposição de Estratégia de Atuação das Ouvidorias nas Eleições de 2024 e Ouvidoria de Combate à Violência Policial no âmbito da Ouvidoria Nacional do MP”, ministrada pela procuradora do MP Amapá Ivana Cei, que é conselheira e ouvidora nacional.

Em seguida, foram apresentadas as proposições do CNOMP, pela ouvidora-geral do MPAM e presidente do CNOMP, procuradora Jussara Maria Pordeus e Silva, que destacou a importância da Rede de Ouvidorias e os alinhamentos de ações.

A reunião finalizada com a apresentação Plano de Gestão da Ouvidoria Nacional.

ANEXO H

Ouvidora-geral do MPAM visita sexta maternidade em busca de possíveis vítimas de violência

- [Imprimir](#)

Criado: Quarta, 08 Mai 2024 14:52

Publicado: Quarta, 08 Mai 2024 14:52

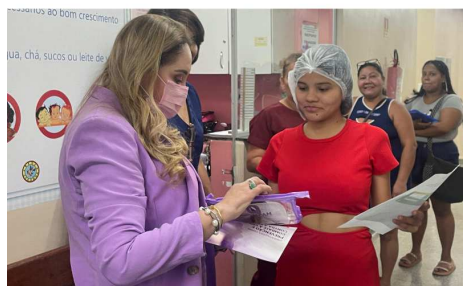


Ação da Ouvidoria da Mulher também visa à divulgação de canais de denúncia, por meio da distribuição de materiais informativos

A Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Amazonas (OM/MPAM) esteve, na manhã desta quarta-feira (08/05), na maternidade Azilda da Silva Marreiro, localizada na Zona Norte de Manaus, como parte de uma iniciativa voltada para a divulgação de canais de denúncia e promoção de uma busca ativa de possíveis casos de violência sofrida pelas mulheres presentes na referida unidade. Trata-se da sexta maternidade visitada pela equipe da Ouvidoria, que dessa vez, além do kit de higiene, distribuiu a Cartilha com Orientações sobre Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher, lançada em novembro do ano passado.

A ação contou com a presença da ouvidora-geral do MPAM, a procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, que conversou com as pacientes, distribuiu kits de higiene e materiais informativos sobre os tipos de violência contra a mulher, bem como divulgou os canais de denúncia do Ministério Público do Amazonas.

Ao todo, mais de 500 kits já foram distribuídos nos leitos das maternidades Dona Nazira Daou, Dona Lindu, Ana Braga, Moura Tapajós e Maternidade Alvorada.



Para a ouvidora-geral Jussara Pordeus, é fundamental a presença da Ouvidoria da Mulher nas maternidades, principalmente, nesse momento sensível em que possíveis casos de violência podem vir à tona. “Após a denúncia para a Ouvidoria da Mulher do Ministério Público, nossa equipe oferece auxílio jurídico e também os devidos encaminhamentos para as promotorias criminais, além de parcerias para orientação psicológica e assistência social. Nós também direcionamos a vítima para programas sociais, com o intuito de tirá-la desse ciclo de violência”, explicou.

A equipe da Ouvidoria da Mulher foi recebida pela gestora da maternidade Elcida Lima Sampaio que reconheceu a importância da ação e acompanhou a visita aos leitos de pré-parto e pós-parto, nos quais as pacientes receberam os kits e conversaram com a ouvidora-geral.

Canais de denúncia:

Atendimento presencial (8h-14h): Ouvidoria-Geral - Unidade Sede, Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança – Manaus/AM.

Ouvidoria-Geral - Unidade Aleixo, Av. André Araújo, 23 - Aleixo - Manaus/AM

E-mail: ouvidoriadamulher@mpam.mp.br

Formulário eletrônico de denúncia: <http://denuncia.mpam.mp.br/>

WhatsApp (texto) : (92) 3655-0745

Texto: Yasmin Siqueira

Foto: Murilo Miranda

ANEXO I

Ouvidora-geral do MPAM preside a 70ª Reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP)

- [Imprimir](#)

Publicado: Sexta, 17 Mai 2024 11:54



A procuradora preside a reunião, que iniciou na última quinta (16/05) e vai até esta sexta-feira (17/05), com ouvidores de todo o Brasil

Presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), ouvidora-geral do Ministério Público do Amazonas (MPAM) e procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva participou da 70ª Reunião Ordinária realizada no auditório da sede do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ).

“Esse evento é de extrema importância. As ouvidorias devem estar próximas do cidadão, promovendo contato, ouvindo e encaminhando demandas garantindo maior agilidade e melhor tratamento no atendimento”, afirmou a procuradora, ao cumprimentar os presentes na reunião.

O evento reúne representantes das ouvidorias dos MPs brasileiros com o objetivo de aperfeiçoar os trabalhos promovendo troca de experiências entre as instituições.

A presidente do CNOMP abriu a sessão pedindo um minuto de silêncio em solidariedade às vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul, em seguida, passou a palavra para o ouvidor do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), procurador de Justiça Mauro Henrique Renner, que participou de forma virtual.

Posteriormente, o ouvidor do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), procurador de Justiça Augusto Vianna Lopes, ressaltou que o CNOMP é um conselho que traz muita experiência. “Com os ouvidores aqui reunidos, conseguimos adquirir novas perspectivas de como atender o cidadão. Experiências que já feitas em Manaus, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, por exemplo, nós conseguimos adaptar para o Rio de Janeiro, construindo novas ferramentas”, comentou.

Por fim, demais membros do MPRJ apresentaram os projetos desenvolvidos pela instituição, como a ferramenta “Violência contra a Mulher em Dados” e o projeto piloto “Vozes da Ouvidoria: cuidando de quem cuida”, ambos com o objetivo de estimular o combate à violência de gênero de forma eficaz, promovendo a construção de espaços de escuta, acolhimento e acompanhamento psicológico.



Texto: Ramon Alves, com informações do MPRJ.

Foto: Comunicação MPRJ

ANEXO J

Ouvidoria-Geral do MPAM promove oficina interna para aperfeiçoamento de atividades

- [Imprimir](#)

Publicado: Quarta, 22 Mai 2024 16:25



Propósito da reunião foi aprimorar a qualidade do atendimento, afastando possíveis falhas

Porta de entrada para todas as demandas que chegam ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), a Ouvidoria-Geral realizou, na tarde desta quarta-feira (22/05), a oficina “Encaminhamento e Classificação de Demandas”, voltada para a melhoria da qualidade do serviço e a diminuição de possíveis erros.

Sob a batuta da procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, titular da Ouvidoria-Geral, a atividade também foi voltada às tarefas da Ouvidoria da Mulher e Ouvidoria Itinerante, que serão levadas a Parintins antes do festival deste ano, que tem expectativa de público recorde.

Presente na abertura da oficina, o procurador-geral de Justiça do MPAM, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, afirmou que a Ouvidoria não deve ser somente um canal de acesso da população, mas um ambiente em que o cidadão se sinta valorizado. “*Nós queremos que os cidadãos, ao procurarem a Ouvidoria, saibam que terão uma resolutividade daquilo que necessitam, seja a melhoria da condição pessoal ou familiar*”, complementou.

Sobre a oficina, a ouvidora-geral Jussara Maria Pordeus e Silva enfatizou a necessidade de a equipe da área ser a mais fiel possível às manifestações das pessoas, dando exemplo de situações concretas para que os servidores notassem possíveis falhas.

“Eu sinto que, em alguns momentos, o atendimento presencial é tão desgastante que a manifestação não condiz completamente com a gravidade do problema. É para inserirmos o máximo possível de detalhes na manifestação, para que ela seja um retrato fiel do que a pessoa está pedindo, buscando ou denunciando. Acredito que essa oficina vem para nos aprimorarmos ainda mais esse ponto”, explicou a ouvidora-geral.

A oficina ocorreu na sala de aula do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPAM (Ceaf), no 4º andar do edifício-sede.

Texto: Lennon Costa

Foto: Hirailton Gomes

ANEXO K

Com participação da Ouvidoria-Geral do MPAM, reunião discute possibilidade de feminicídio no caso Julieta Hernández

- [Imprimir](#)

Publicado: Segunda, 10 Junho 2024 15:21



Em encontro realizado no TJAM, defesa alega que morte da artista venezuelana deve ser reclassificada

A reclassificação do assassinato de Julieta Hernández, artista assassinada em dezembro de 2023 no município de Presidente Figueiredo, interior do Amazonas, de latrocínio para feminicídio pautou uma reunião realizada, na manhã desta segunda-feira (10/06), no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM). Com a presença do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da ouvidora-geral, a procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, o encontro teve representantes do Ministério das Mulheres, da União Brasileira de Mulheres, da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), familiares e advogados do caso.

Para a ouvidora-geral do MPAM e a Ouvidoria da Mulher do MPAM, a reunião foi de suma importância, pois o caso de Julieta é paradigmático. “*Nos faz refletir sobre outros casos de violência contra a mulher. A adoção da perspectiva de gênero é dever não somente do Poder Judiciário, mas de todas as funções essenciais da justiça e da sociedade civil*”, afirmou a procuradora de Justiça Jussara Pordeus.

Durante a reunião, a ouvidora-geral do MPAM solicitou que a secretária nacional do Ministério das Mulheres, Denise Motta Dau, encaminhasse nota técnica sobre o caso à Ouvidoria da Mulher do MPAM, para que as manifestações sobre as motivações de gênero do caso fossem devidamente encaminhadas à Promotoria da Comarca de Presidente Figueiredo.

O principal questionamento dos familiares, da defesa e da União Brasileira de Mulheres é que o crime — cuja denúncia foi recebida como latrocínio — seja reclassificado como feminicídio. Para a defesa, houve manifestações de gênero e xenofobia.

Na última sexta-feira (07/06), a Ouvidoria da Mulher encaminhou pedido de informação, subscrito pela presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, Daiana Santos, ao procurador-geral de Justiça (PGJ), solicitando informações sobre o andamento processual do caso de Julieta.

Além da ouvidora-geral, a procura de Justiça Jussara Pordeus, participaram da reunião: a desembargadora Nélia Caminha Jorge, presidente do TJAM; a juíza auxiliar da Presidência, Vanessa Mota; a deputada estadual Alessandra Campelo; a presidente da União Brasileira de Mulheres, Vanja Andrea Santos; a irmã de Julieta, Sofia Cecília Hernández Martínez; a secretária nacional do Ministério das Mulheres, Denise Motta Dau, representando a ministra das Mulheres Cida Gonçalves; o advogado de Julieta, Carlos Nicodemos; a ouvidora-geral do Ministério das Mulheres, Grazielle Dias; a professora Dora Brasil, representante do Conselho Estadual do Ministério das Mulheres; o promotor de Justiça titular da 99ª Promotoria de Justiça de Manaus atuante no Juizado Especializado em Violência Doméstica, Felipe Fish; e a defensora pública Carol Carvalho.

Sobre o crime

Artista de circo e migrante venezuelana, Julieta atravessava o Brasil de bicicleta. Saiu do Rio de Janeiro em direção a Puerto Ordaz, na Venezuela, onde sua mãe reside. No caminho, dormia onde era possível.

Segundo o relato da irmã de Julieta, a vítima sentiu compaixão de algumas crianças que encontrou pelo caminho e que diziam estar com fome. Ao segui-las, chegou na hospedaria Espaço Cultural Mestre Gato, de propriedade dos pais das crianças, e por causa delas decidiu ficar mais um dia no município de Presidente Figueiredo. Julieta foi estuprada, assassinada e teve seu corpo queimado por um casal, que confessou o crime.

“Julieta era revolucionária. Era mulher, artista circense e migrante venezuelana. Autointitulava-se cicloativista e era ciente de como era referência para mulheres que desejam viajar sozinhas, ou escolhiam profissões que são geralmente dominadas por homens”, destacou Sofia Cecília Hernández, irmã da vítima.

O caso de Julieta Hernández tornou-se símbolo de violência e de perigo para mulheres que viajam sozinhas pelo mundo.

Texto: Yasmin Siqueira

Foto: Chico Batata/TJAM

ANEXO L

Sessão do CNMP tem assinatura de protocolo de intenções sobre as eleições deste ano

- [Imprimir](#)

Publicado: Terça, 11 Junho 2024 16:46



Evento realizado nesta terça-feira (11/06) teve participação da ouvidora-geral do MPAM e presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), Jussara Maria Pordeus e Silva

Com o objetivo de promover a atuação das ouvidorias do Ministério Público brasileiro nas eleições deste ano, um protocolo de intenções foi assinado, na manhã desta terça-feira (11/06), em Brasília, durante a 9ª sessão ordinária de 2024 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O documento foi firmado entre a Ouvidoria Nacional do Ministério Público, por meio da ouvidora nacional do Ministério Público, Ivana Lúcia Franco Cei; o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), representado por seu presidente Jarbas Soares Júnior; e o Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), representado por sua presidente Jussara Maria Pordeus e Silva, também procuradora de Justiça e ouvidora-geral do MPAM.

De acordo com a ouvidora-geral do MPAM, desde 2022, as ouvidorias foram engajadas no processo eleitoral como instrumento de intermediação entre os cidadãos e o Ministério Público. “Desde então, foram estabelecidos protocolos de prazos mais curtos de recebimento, análise e encaminhamento de demandas. Esse atendimento da ouvidoria com relação a reclamações, demandas e possíveis

irregularidades ou ilícitos eleitorais tem funcionado muito bem, e não só com relação às capitais”, afirmou a procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva.

O protocolo de intenções indica como compromissos dos signatários: buscar garantir meios de atuação das ouvidorias do MP brasileiro, no pleito eleitoral de 2024, nos limites de suas atribuições; promover cursos de capacitação e incentivar a participação de membros, servidores e colaboradores em cursos com a temática eleitoral; promover a avaliação prévia das manifestações (qualitativa e quantitativa), antes do encaminhamento ao promotor eleitoral; qualificar as equipes das ouvidorias para que estejam aptas a identificarem manifestações que versem acerca de discriminação política de gênero; promover e divulgar eventos que incentivem a honestidade e a transparência no processo eleitoral, combatendo a compra de votos, a campanha eleitoral irregular e o abuso do poder econômico, bem como incentivando o cidadão a fiscalizar e a denunciar, perante as ouvidorias, as irregularidades das quais tomarem conhecimento.

As ações também incluem: trabalhar com a comunicação institucional e das ouvidorias, onde houver, os temas relativos também a demandas anônimas e fake news; atuar nas questões de violência política de gênero, considerando esse tipo de violência como um ataque ao Estado Democrático de Direito; buscar disponibilizar, observada a autonomia de cada ramo e unidade ministerial, escala de plantão de membros e servidores com atuação eleitoral para o encaminhamento das manifestações urgentes, no período de 30 dias que antecede o pleito; e zelar pela imparcialidade do Ministério Público brasileiro em todas as ações relacionadas ao processo eleitoral.

As eleições municipais de 2024 no Brasil ocorrerão no dia 6 de outubro, com segundo turno marcado para o dia 27 do mesmo mês. Os eleitores escolherão os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos 5.568 municípios do país.

Texto: Lennon Costa

Foto: Leonardo Prado/CNMP

ANEXO M

Ouvidoria-Geral do MPAM lança campanha de cartas como forma de ampliar a participação da população do interior

- [Imprimir](#)

Publicado: Quarta, 19 Junho 2024 11:44



Campanha é uma ferramenta projetada para simplificar a comunicação entre o público e a Ouvidoria

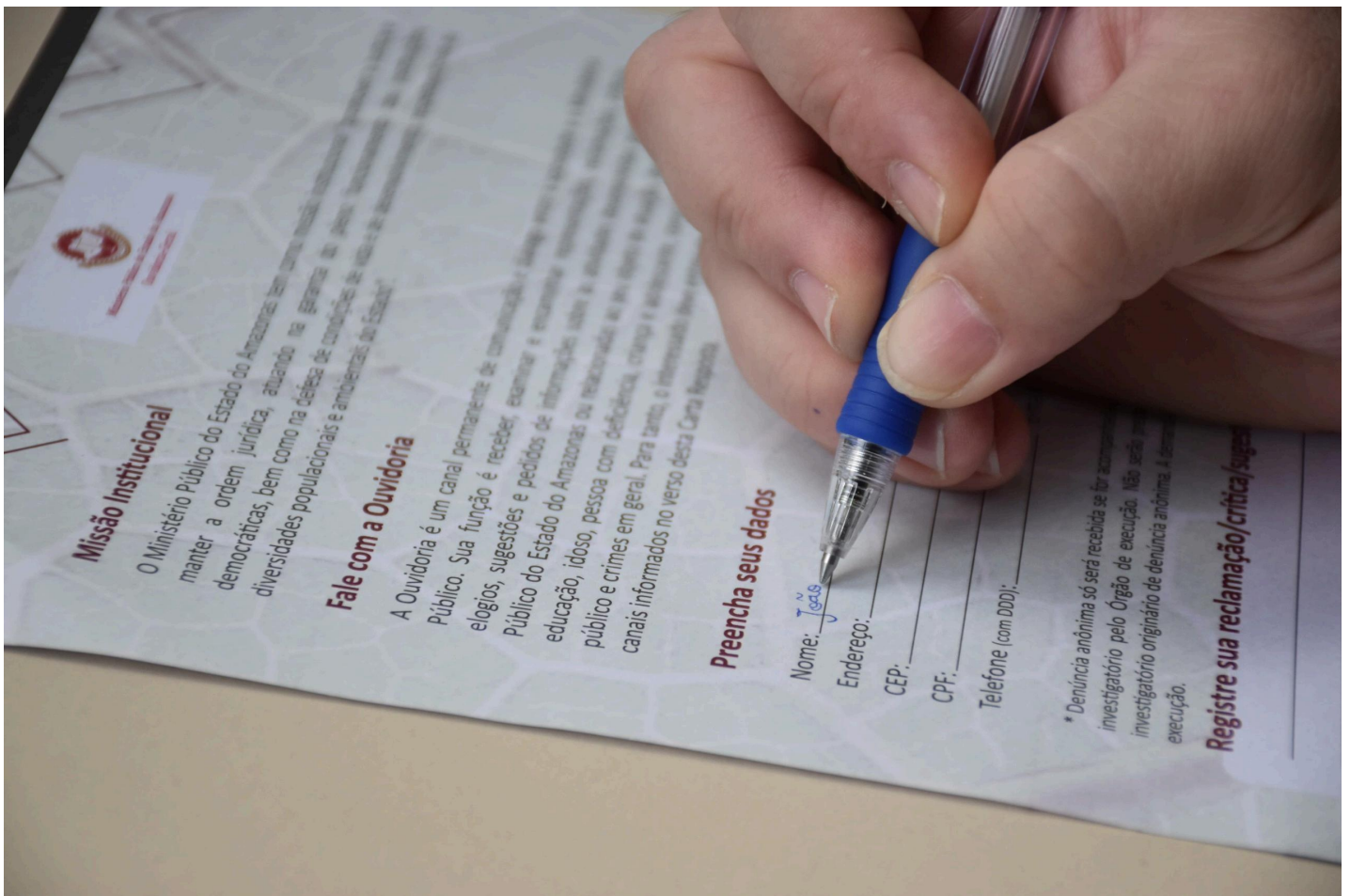
O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Ouvidoria-Geral, lançou uma campanha de carta-resposta para ampliar a participação dos cidadãos e facilitar o acesso da população aos serviços da área. Sob a coordenação da procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, e apoio total do procurador-geral de Justiça (PGJ) Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, a iniciativa teve centenas de cartas impressas, que estão sendo distribuídas nas comarcas no interior do Estado.

A campanha possibilita democratizar o acesso à Justiça, especialmente, para aqueles que vivem em áreas distantes. *"Durante a 1ª Edição da Justiça Itinerante Cooperativa, apresentamos o projeto ao ministro Luís Roberto Barroso e ele ficou extremamente satisfeito com a possibilidade de promover inclusão às populações ribeirinhas e caboclas, que muitas vezes não têm acesso a um computador ou mesmo à internet. Essa proposta busca garantir que essas comunidades tenham um meio eficaz de fazer suas denúncias e reivindicar seus direitos"*, afirmou a procuradora de Justiça Jussara Pordeus.



O grande destaque é que essas cartas são preparadas como malas diretas com selo pago, permitindo que os moradores de regiões remotas do Amazonas enviem suas manifestações sem custo adicional. Além disso, cada exemplar contém uma seção destinada a diferentes tipos de manifestações:

- **Informação:** Quando o cidadão busca esclarecimentos sobre a estrutura, órgãos, agentes públicos, serviços, atividades, programas e procedimentos específicos do MPAM.
- **Crítica:** Quando a manifestação implica censura a ato, procedimento ou posição adotada pelo MPAM.
- **Denúncia:** Quando a manifestação é revestida de gravidade, atribuindo a responsabilidade do fato ao órgão interno ou servidor do MPAM, com detalhes precisos sobre o ocorrido.
- **Elogio:** Quando a manifestação enaltece atos e procedimentos do MPAM, independentemente de terem sido praticados por seus membros ou servidores.
- **Reclamação:** Quando a manifestação consiste em protesto ou reivindicação sobre assuntos relacionados aos serviços ou atividades do MPAM.
- **Sugestão:** Quando a manifestação visa contribuir para o aperfeiçoamento de rotinas administrativas, procedimentos, posturas ou atividades do MPAM



Como funciona?

A carta contém espaços para que o remetente adicione seus dados pessoais e registre sua manifestação detalhadamente. Uma vez preenchida, ela deve ser encaminhada aos Correios, com destino à Ouvidoria-Geral, na sede do Ministério Público do Amazonas, localizada na Avenida Coronel Teixeira, 7995, Bairro Nova Esperança, CEP: 69037-473, Manaus.

Texto: Poliany Rodrigues

Foto: Yasmin Siqueira

ANEXO N

Acordo de cooperação técnica entre Ouvidoria da Mulher do MPAM e Aleam prioriza direitos e proteção de mulheres e meninas

- [Imprimir](#)

Publicado: Quinta, 20 Junho 2024 15:37



Cerimônia, realizada nesta quinta-feira (20), trouxe diálogos voltados ao combate à violência contra a mulher amazonense

Com o objetivo de viabilizar maior interoperabilidade entre as redes de apoio institucional às meninas e mulheres vítimas de violações de direitos decorrentes de violência de gênero — não apenas os casos de violência física, moral, psicológica, institucional, política, patrimonial, obstétrica e cibernética, mas também a negativa de acesso a Direitos Fundamentais —, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Ouvidoria da Mulher, e a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), via Procuradoria Especial da Mulher, assinaram, nesta quinta-feira (20/06), um Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

Por meio do acordo, os órgãos assumem o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, dentro de suas competências constitucionalmente estabelecidas, e formaliza um canal ininterrupto de contato para atendimento de casos de alta prioridade. O instrumento oficializa o relacionamento informal de mútua cooperação que os órgãos já vinham desenvolvendo ao longo dos últimos meses.

O ACT está alinhado com a legislação internacional de proteção a mulheres e meninas, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 16, da Agenda 2030 da ONU, e não se restringe a disciplinar a atuação dos órgãos em casos de violência contra a mulher, mas em toda e qualquer negativa ou óbice ao exercício de Direitos Fundamentais que podem acometer mulheres e meninas, em razão da desigualdade de gênero e de noções fundadas na hierarquia patriarcal.

Para a ouvidora da Mulher do MPAM Jussara Maria Pordeus e Silva, a atuação em perspectiva de gênero deve permear a atuação de todo o Poder Público, desde a triagem em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) à avaliação de um caso concreto por um membro do MP para decidir quais linhas de atuação seguirá para garantir direitos. *“A atuação dos agentes públicos deve ser não abstrata, atenta e com resultados finais que rompam com o desequilíbrio de gênero, porque assegurar o avanço e o empoderamento das mulheres é garantir o bem-estar e o pleno e completo desenvolvimento do país”*, disse.

Ao celebrar a assinatura do termo, o procurador-geral de Justiça (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, agradeceu a todas as mulheres do MPAM. *“Gostaria de dizer a todas vocês, que se encontram aqui conosco, que o MPAM é uma instituição ímpar. São poucos MPs em que o colegiado é formado, em sua maioria, por mulheres, que é o caso daqui. Quero agradecer também por essa parceria com a Aleam. Que possamos colocar no papel esses compromissos, mas que tenham efetividade de trabalho, de acordo com o que a nossa sociedade merece”*, afirmou.

Estiveram presentes na ocasião, além do procurador-geral de Justiça (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior; deputado Carlos Bessa, primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas; Jussara Maria Pordeus e Silva, ouvidora-geral do Ministério Público do Estado do Amazonas e presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público; deputada estadual Alessandra Campelo, presidente da Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa e procuradora especial à Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Lilian Maria Pires Stone, subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Administrativos do MPAM; Alessandro Samartin de Gouveia, presidente da Associação Amazonense do Ministério Público do Estado do Amazonas e secretário-geral da Conomb, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Renilce Helen Queiroz de Souza, secretária-geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, além de representantes da saúde pública e dos procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Amazonas.

Confirma mais imagens da cerimônia no [Flickr do MPAM](#).

Texto: Yasmin Siqueira

Foto: Hirailton Gomes

ANEXO O

Ouvidoria Itinerante do MPAM faz atendimento em dois pontos no Festival Folclórico de Parintins

- [Imprimir](#)

Criado: Sexta, 28 Junho 2024 15:12

Publicado: Sexta, 28 Junho 2024 15:12



Projeto foi criado no ano passado e, nesta semana, ao desembarcar em Parintins, alcançou o marco de 16 municípios visitados

PARINTINS (AM) - Presente no 57º Festival Folclórico dos bumbás Caprichoso e Garantido desde o dia 26 de junho, com atendimentos simultâneos na Câmara Municipal (CMP) e no Turistódromo, o projeto Ouvidoria Itinerante, da Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado Amazonas (MPAM), foi apresentado oficialmente na sede do Poder Legislativo aos vereadores, ao prefeito Bi Garcia e demais autoridades parintinenses. O evento aconteceu na manhã desta sexta-feira (28/06).

A Ouvidoria é o canal direto de comunicação da sociedade com o MPAM, que veio a Parintins, assim como outros órgãos estaduais, como a Defensoria Pública, para estreitar laços com a população, divulgar o trabalho do Ministério Público e divulgar os canais de denúncias sobre qualquer matéria de atribuição do Ministério Público, como saúde, educação, idoso, deficiente, consumidor, criança e adolescente, importunação ou violência contra a mulher, meio ambiente, urbanismo, crimes em geral e improbidade, entre outras.

O trabalho realizado pela Ouvidoria Itinerante, que foi lançado oficialmente nesta sexta a autoridades, está ocorrendo em duas frentes: no Turistódromo (espaço criado pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - Amazonastur, em frente à catedral), que atrai mais de 10 mil pessoas por dia, em que os servidores do MP distribuem cartilhas, folders e outras peças com orientações e canais de denúncias; e na Câmara Municipal, para onde estão sendo conduzidos populares com situações mais delicadas e que precisam de atenção especial.

"A Ouvidoria vai às ruas encontrar as pessoas, onde os interesses relacionados às Promotorias se colocam com as riquezas e peculiaridades de cada lugar, transformando as ações do Ministério Público em medidas voltadas para a consecução dos interesses sociais", afirmou a ouvidora-geral, a procuradora de Justiça Jussara Pordeus.



Visibilidade grande

A Ouvidoria Itinerante foi iniciada em 2023 e já percorreu 15 (quinze) municípios. A cidade de Parintins é o 16º a receber o projeto, em virtude da realização do 57º Festival Folclórico, que recebe mais de 120 mil turistas, entre eles cidadãos de comunidades e municípios vizinhos, que, neste período, se deslocam

para a Ilha Tupinambarana e podem usufruir dos serviços disponibilizados na cidade, entre eles o da Ouvidoria do MPAM.

Durante a cerimônia de lançamento do projeto na CMP, o procurador-geral do MPAM, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, elogiou o trabalho da Ouvidoria em Parintins e agradeceu à procuradora Jussara Pordeus, por ter trazido o projeto à Ilha Tupinambarana. *"É a primeira vez que o MP vem ao Festival e, de maneira grandiosa, apresenta o nosso trabalho e abre esse diálogo com a população. No ano passado, quando estive aqui, vi outros órgãos atuando. Na ocasião, pensei em trazer o Ministério Público ao festival em 2024 e Vossa Excelência, com sua organização e competência, topou a ideia. Hoje, estamos aqui"*, afirmou o procurador-geral, ao agradecer o apoio e recepção da Prefeitura de Parintins e do Governo do Amazonas.

Ao falar aos presentes na Câmara, o promotor de Justiça de Parintins Ricardo Mitoso agradeceu a vinda de integrantes do MPAM para apoiar o trabalho desenvolvido na cidade. *"Eu estou feliz de ter o apoio da administração superior do MP. A presença da Ouvidoria na cidade durante o festival é um apoio a mais na nossa atuação"*, disse.

"Eu não tenho dúvida de que os projetos Ouvidoria Itinerante e IDH+ serão muito importantes para a cidade. Contem com o nosso apoio, para melhorar cada vez mais a qualidade de vida do povo parintinense", avaliou o prefeito Frank Bi Garcia (PSD).

Recém-lançado em Manaus e em Coari, o projeto IDH+, Cidadania e Justiça Social também foi trazido a Parintins pelos promotores de Justiça Lauro Tavares e Sheyla Andrade, que estiveram no estande do MP, no Turistódromo, e participaram da solenidade na Câmara Municipal de Parintins. Criado pelo MPAM, o IDH+ visa diagnosticar e reformular políticas públicas locais, no intuito de buscar melhorias nas condições de vida da população amazonense.

Confira mais registros da atuação da Ouvidoria Itinerante em Parintins, no [Flickr do MPAM](#).

Texto: Elvis Chaves

Foto: Hirailton Gomes